

DEZ ANOS DA APEM: PERCORRER AS VOZES, SIGNIFICAR OS PERCURSOS

Maria José Magalhães

Resumo Este artigo pretende traduzir em texto uma aproximação ao que têm significado, para as investigadoras associadas, estes dez anos da Associação. Trata-se de conhecer os sentidos atribuídos à organização e às iniciativas que tem protagonizado ou em que tem colaborado, tentando compreender qual o lugar da APEM e da *ex æquo* no espaço da investigação em Portugal. Pretende também reflectir se e como se avançou nos estudos sobre as mulheres, se existe ou não questionamento epistemológico no campo e a contribuição da APEM neste processo. Ou seja, pretende-se trazer para esta reflexão as visões das entrevistadas sobre o que constitui exactamente o projecto dos *estudos sobre as mulheres* neste país e tentar especificar as diferentes linhas desse projecto.

Palavras chave Estudos sobre as mulheres, feminismo, género, academia, Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres.

Uma década de existência constitui o motivo para a realização de um estudo avaliativo sobre a vida da APEM.¹ A ideia desta investigação prende-se com a importância de colectivamente conhecermos as razões e o processo que levou à sua constituição, os percursos desenvolvidos, o caminho percorrido, e, acima de tudo, os sentidos atribuídos pelas associadas à organização e às iniciativas que tem protagonizado ou em que tem colaborado.

É porque a vida de uma associação se faz na interacção entre as pessoas que a constituem, de onde se destaca quem desempenha ou desempenhou tarefas ou actividades de direcção e organização, decidiu-se conhecer as perspectivas das mulheres que têm estado na direcção da APEM, os sentidos que atribuem ao que foi feito — que fizeram elas próprias ou outras — o que pensam teria sido importante fazer e qual o lugar da APEM e da *ex æquo* no espaço da investigação em Portugal.

Pretende-se, assim, conhecer o que pensam estas investigadoras sobre o que mudou nas lentes teóricas da investigação no nosso país, nestes dez anos de uma associação que tem como finalidade explícita o desenvolvimento da pesquisa centrada nas mulheres. Como Sheila Benhabib e Drucilla Cornell (1987: 1),² podemos também reflectir se e como se avançou nos estudos sobre as mulheres e em que medida podemos ou não falar da sua institucionalização, se existe ou não questionamento epistemológico no campo e qual a contribuição da APEM neste processo. Ou seja, pretendo trazer para esta reflexão as visões das entrevistadas sobre o que

constituiu exactamente o projecto dos *estudos sobre as mulheres* neste país e tentar especificar as diferentes linhas desse projecto.

A este propósito, Maynard e Purvis (1996) escrevem³ que “o projecto ocidental dos *women's studies* tem envolvido três processos inter-relacionados: os de recuperação, de reconstrução e de reflexividade”. O que estas autoras chamam recuperação — o questionamento sobre o “porquê e como é que as mulheres ‘desapareceram’ das preocupações académicas” (1996: 2), assim como as iniciativas levadas a cabo para trazer conhecimento sobre as mulheres — talvez se possa identificar com o que Teresa Joaquim designa como uma primeira fase de acumulação do saber (2001: 19), incluindo a “reavaliação do estatuto de tantas obras literárias, pictóricas e — porque não? — filosóficas, cujo sentido tinha sido desviado, escamoteado ou denegado” (*idem*: 19-20). O processo que Teresa Joaquim designa de questionamento epistemológico, aquelas autoras designam de reconstrução, o que inclui “a re-avaliação e o re-desenhar dos termos e dos tópicos que estruturaram as práticas das disciplinas académicas existentes” (Maynard e Purvis, 1996). Elas acrescentam um terceiro processo, a reflexividade, “isto é, auto-consciência e auto-crítica entre as investigadoras” (*idem*). Como estamos em Portugal, o que se refere a estes processos? Mais duas ideias mobilizaram a minha reflexão nesta pesquisa. A noção de ‘genealogia’ (Vikki Bell, 1999: 2)⁴ e o conceito de ‘un héritage sans testament’, quer uma quer outra pela importância que tem de ser dada à construção de uma memória, também entre nós, que valorize sem marginalizar, que integre sem assimilar, que inove sem esquecer. Assim, genealogia seria uma tentativa de historicizar [historicise] valores, sentimentos e modos de argumentação no sentido de procurar as suas relações com preocupações e acontecimentos passados.

Como é que as diferentes linhas — se existem — integram as heranças recebidas e como as manifestam? Quais são as nossas autoras, do feminismo português? Que produção própria temos? Será que, entre as investigadoras da APEM, podemos falar em comunidade, isto é, do cruzamento de uma temporalidade num espaço, no sentido que Vikki Bell lhe atribui (1999)?⁵ Sentimo-nos ou não ligadas a esta herança sem testamento?⁶ Ou será antes uma herança de testamentos dispersos, não reivindicados, não contestados, não reclamados?

Movem-me também outras questões:

- que ‘agenda/s’ tem/têm estado ou estiveram presentes no campo/área abrangida pela APEM?
- quais as implicações de ter assumido essas agendas?
- faz-se alguma distinção, no seio da APEM, entre agenda feminina/das mulheres e agenda feminista? e se se faz alguma distinção, porquê?
- se os estudos *das* mulheres abrangem “recuperação, reconstrução e reflexividade”, o que tem sido feito nestes campos? existe divergência entre as investigadoras acerca destas ‘finalidades’ dos *women's studies*?
- tem-se assumido, na APEM, o compromisso *científico-político* que este campo parece implicar?

Este trabalho entronca numa dimensão que cruza uma avaliação dos estudos sobre e das mulheres/estudos feministas em Portugal, focando o impacto do feminismo e do movimento de mulheres no campo da produção científica e o impacto da produção científica realizada sobre um sujeito feminino no campo das ciências sociais e humanas.

Escutar as investigadoras nos seus próprios termos

Para este conhecimento, que se quer não objectivista, e inserido em caminhos já abertos por investigadoras dos estudos sobre as mulheres e dos estudos de género (Araújo 1991; 2000), optou-se por uma abordagem compreensiva, assente na realização de entrevistas semi-directivas. A escolha das pessoas a entrevistar recaiu sobre quem esteve nos órgãos sociais da APEM, ao longo destes dez anos, usando uma metodologia que exige disponibilidade das pessoas, tendo-se, nesta fase, entrevistado um conjunto de investigadoras e prevendo-se que, na continuação deste trabalho, se entrevistarão as restantes. Para a complexidade e morosidade da metodologia contribuíram o número das entrevistadas e a sua dispersão geográfica — Lisboa, Porto e Coimbra.

Para além das pessoas que tiveram cargos na direcção da APEM, decidiu-se entrevistar mulheres que, de uma ou outra forma, desempenham ou desempenharam um papel importante, neste campo, nomeadamente em relação com a Associação e a sua revista, *ex aequo*. Situam-se neste grupo Ana Maria Braga da Cruz, actual presidente da CIDM, Maria de Belém de Roseira, ex-ministra da Igualdade, cujo cargo desempenhava na altura do lançamento do 1.º número da revista, Joana de Barros, ex-Comissária para a Igualdade e a Família, e Maria do Céu Cunha Rego, ex-presidente da CITE e actualmente Secretária de Estado para a Igualdade. Destas, apenas se conseguiu realizar a de Ana Maria Braga da Cruz. Estas entrevistas não integram a reflexão presente neste documento, o que muito me entristece, pretendendo-se que venham a fazer parte do texto que se prepara num futuro próximo.

Por sugestão de Regina Tavares da Silva, foi realizada uma entrevista colectiva a algumas mulheres que estiveram no processo da constituição da Associação: Ivone Leal, Maria Reynolds de Sousa, Dina Canço e a própria Regina Tavares da Silva.⁷ Esta entrevista colectiva foi, assim, o primeiro passo nesta investigação. Porque se sabia que a CIDM deu o impulso inicial à APEM, e a sua gestação tinha sido longa, este ponto da história dos estudos sobre as mulheres em Portugal não pode ser omitido. A relação umbilical da APEM com a CIDM (ver Virginia Ferreira, 2000), na altura da sua constituição, levanta importantes questões sobre o desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres e a própria luta pela igualdade entre mulheres e homens, no sentido de compreender o papel desempenhado por aquilo que algumas investigadoras têm denominado de ‘feminismo institucional’.

A história da sua progressiva autonomia, que se concretizou na mudança para Coimbra — que, das três cidades mais representadas em termos de associadas, é a que não tem delegação da CIDM — e a sua adopção pelo CES — uma instituição de investigação na universidade mais antiga e conservadora do país — pode ter algum significado no tipo de espaço social conquistado (ou não) pela Associação.

Além da entrevista colectiva, foram ainda entrevistadas Anne Cova, Ana Maria Monteiro Ferreira, Anne Marie Fontaine, Beatriz Nizza da Silva, Fernanda Henriques, Graça Abranches, Helena C. Araújo, Lígia Amâncio, Luísa Paiva Boléo, Teresa Joaquim, Teresa Tavares e Virgínia Ferreira. Recolheu-se o depoimento escrito de Irene Pimentel. Ainda não se conseguiu entrevistar Heloísa Perista, Maria Carrilho e Helena Alvim.

A realização das entrevistas efectuou-se a partir de um guião — comum a todas — que constituiu apenas um apontar de rumos, muito diversos, das interações estabelecidas com as investigadoras. Remeto para a reflexão de Ann Oakley (1992) relativamente a esta questão de controlar o tipo de interação a estabelecer numa entrevista, ou deixar fluir a conversa no rumo que entrevistada e entrevistadora vão desenhando (ver também Roberts, 1992: 11).

A (história da) APEM numa *sequência*

Muito embora não possa ser descrita a história da Associação nestas poucas páginas, muitas entrevistadas salientaram a importância da construção de uma memória colectiva que necessita de recuar no tempo, pelo menos 20 anos antes⁸ da sua constituição, “àqueles encontros e àquelas preocupações e ao tempo de ausência de estudos sobre as mulheres” (ent. 9: 5). A importância de recuar no tempo e preservar esta memória colectiva é vista como ainda mais importante num país como o nosso: “Neste país, nós esquecemo-nos, muito facilmente, e tendemos depois a fazer juízos de valor que não são justos.” (ent. 11: 5)

Estaria aqui também a importância da construção da genealogia, nas palavras não só de Vicki Bell como das investigadoras da APEM (por exemplo, ent. 8). As entrevistadas da CIDM salientaram a necessidade de conhecer e construir esta *história* da APEM no que elas designam de *sequência*, que desvela o que foi o “embrião” (ent. col.: 2) da Associação. Outras também, embora não tenham estado presentes nesse processo inicial, tiveram consciência quando entraram nesta *embarcação* de que a viagem não começou nos anos 1990 (ent. 11).

O desconhecimento geral sobre a situação das mulheres: a década de 1970

Algumas das entrevistadas, investigadoras que participaram activamente na longa ‘gestação’ da APEM, têm claro que começaram a trabalhar de uma forma quase ‘intuitiva’, já que, na época, não havia estudos realizados nesta área da construção de conhecimento (ent. col.: 1). A necessidade de realizar investigação sobre a situação das mulheres era também uma consequência da importância que lhe é atribuída para uma lógica de intervenção fundamentada: “antes de pensar em estudos femininos, ou de fazer uma coisa chamada estudos femininos, começámos a fazer estudos femininos, porque achávamos necessário, para os objectivos da Comissão, isto ser baseado nalguma coisa” (Ent. Col.: 2). Nas palavras de uma outra entrevistada: “Não entender uma coisa como desligada da outra e que teria de haver uma articulação entre os estudos e a prática, e que não poderia haver uma coisa sem a outra.” (ent. 7: 2)

Até esta altura, os dados existentes não estavam ainda tratados por nenhum centro de investigação ou investigador/a, pelo que este grupo partiu de um vazio nacional em termos conceptuais, teóricos e empíricos:

Inicialmente, foi feito um levantamento estatístico sobre a situação das mulheres, quantitativo. E depois, logo a seguir, vieram os estudos de carácter qualitativo, porque eu acho também que, intuitivamente, a gente percebeu “isto não chega, temos de compreender os porquês desta situação”. E daí vieram os estudos qualitativos. (ent. col. 1: 3)

Assim, as entrevistadas remontam a 1974, aquando dos preparativos para o Ano Internacional da Mulher, às primeiras sementes que frutificariam durante os 17 anos que mediam até à constituição formal da APEM em 1991. Pela entrevista, é possível tomar um breve contacto com a riqueza das vivências e do trabalho produzido nesta época, da qual fica a bibliografia que a CCF — posteriormente CIDM — publicou. Fica também um conjunto de dados de informação recolhida: as ligações internacionais, os seminários realizados, os encontros, as publicações, os contactos com as ONG, os estudos realizados ou encomendados, os textos traduzidos. Importa dizer que todo este processo tem também uma *história*, que necessita ser feita. As entrevistadas falam de ‘evolução’ no trabalho da então CCF: “Começa-se pelas discriminações na lei e na vida. Depois, passa-se para a situação de facto e depois passa-se para os papéis.” (ent. col.: 2)

Salientam, entre muitas outras prioridades na época, o foco no direito de família, nesta década:⁹

Foi no Ano Internacional da Mulher, portanto, em 75. Foi com base em casos apresentados pelas organizações não governamentais, porque nessa altura ainda não existia o Conselho Consultivo, formalmente. (...) E apercebemo-nos também, falando com as organizações não governamentais, que a área da legislação e em particular a do direito de família era uma das áreas críticas... (ent. col.: 3)

Depois fez-se um caderno, o primeiro caderno jamais publicado pela Comissão. (ent. col.: 2)

Também para outras entrevistadas, a par das iniciativas de investigadoras mais ou menos isoladas, destaca-se o papel da CIDM, então Comissão da Condição Feminina:

Quem dinamizou a constituição da APEM foi a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Isto tem a ver com a própria história da Comissão, porque, de certa maneira, os primeiros colóquios foram organizados pela Comissão, o primeiro Centro de Documentação foi a Comissão que o fez. Portanto, acho que teve desde sempre um papel extremamente importante. Até é interessante a maneira como foi organizada a própria Comissão e a aceitação da importância que os estudos teriam na dinamização e no “pensar” a Sociedade Portuguesa. (ent. 7: 2)

E o trabalho realizado na década de 70 criou condições para prosseguir na década seguinte, época todavia atravessada por dificuldades e constrangimentos.

A década de 80: o condicionalismo sobre a liberdade de pensamento

Algumas questões parecem-me relevantes na reflexão sobre a vida da Associação nesta época: por um lado, o subdesenvolvimento da investigação científica em Portugal, nomeadamente no que se refere às ciências sociais, por outro, as restrições económicas vividas na época nas universidades portuguesas, e, por outro ainda, a ausência de mulheres nas instituições do ensino superior. Poderíamos então falar, como afirma uma das entrevistadas, de um duplo atraso português, relativamente a outros países ocidentais, na entrada das mulheres na universidade. A década de 80 caracteriza-se, então, por uma certa simultaneidade,¹⁰ quer do desenvolvimento das disciplinas, quer da entrada das mulheres na academia (ent. 11: 5).

Este duplo atraso terá conduzido a uma situação de desenvolvimento disciplinar em condições restritas:

Agora, pensando em *flashback*, acho que o que marcou — e isso foi uma sensação intuitiva — o que marcou estas coisas, esta associação, porque era um factor que marcava um bocado toda e qualquer relação no seio da universidade, na altura, foi um condicionamento disciplinar muito grande. Isto tem que ver com a própria história da evolução das universidades e, muito especificamente, das ciências sociais (...) e, portanto, com o lugar que este *objecto de estudo* ou este *compromisso político-científico* implica. Esse tempo dos anos 80, enfim, que se reflecte ainda no início da década seguinte, é um tempo marcado por uma preocupação de afirmação disciplinar, no caso das ciências sociais... (ent. 11: 4)

O interesse por estas questões em Portugal é muito limitado, reduzido: “...há muita gente a trabalhar na área da literatura portuguesa escrita por mulheres, etc., mas são de uma maneira geral pessoas, homens e mulheres, que estão em departamentos de português no estrangeiro...” (ent. 8: 22-23). Assim, algumas entrevistadas enfatizam a simultaneidade de alguns processos:

Em Portugal, isso é muito notório: teve que se viver em dez anos tudo o que nos outros países se tinha feito ao longo do século, portanto, que é o estabelecer o diálogo com a sociedade civil, transmitir a ideia da pertinência das ciências sociais e ao mesmo tempo competir entre instituições por recursos que, na altura, eram absolutamente ofensivos! Ofensivamente baixos para a comunidade científica e, portanto, obrigou as pessoas a viverem simultaneamente a competição pelos recursos no período de demarcação dos territórios, o que, obviamente, é desastroso. (ent. 11: 4)

E talvez, o que se viveu e se vive nas universidades foram e são processos sociais simultâneos. (ent. 17: 15)

O “condicionamento da liberdade de pensamento” (ent. 11: 4), que se vivia nas universidades portuguesas, representava para as mulheres grandes constrangimentos porque estavam, nesse mesmo momento, a fazer a sua integração na academia, o que pode explicar, em parte, o atraso da emergência dos *women's studies* ou dos estudos feministas no nosso país. Elas tiveram que enfrentar o conservadorismo desta instituição:

E, portanto, qualquer conotação com os estudos sobre as mulheres ou com o feminismo era absolutamente inaceitável em Portugal, atendendo ao conservadorismo da universidade nesse domínio. E, mais uma vez, é exactamente o que aconteceu com a primeira geração dos anos 60, nas universidades europeias e americanas, e que nós vivemos com algum atraso. (ent. 11: 4) (ver também ent. col.)

A propósito do desenvolvimento das organizações de mulheres, em que uma associação de estudos sobre as mulheres se pode incluir, também Virgínia Ferreira salienta que “...se pode (...) afirmar que um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento das organizações autónomas de mulheres em Portugal foi a proeminência das organizações de mulheres ligadas aos partidos políticos.” (2000: 207). Em seu entender, a principal razão situar-se-ia no facto de que “estas organizações partidárias de mulheres acabam por ocupar praticamente todo o espaço público” (idem). Esta autora acrescenta a misoginia e o grande conservadorismo da sociedade portuguesa (opinião partilhada pela ent. 11) com que “as organizações de mulheres tiveram que se defrontar”, devido ao “tradicionalismo do imaginário sociocultural destes sectores sociais, compartilhado aliás por outras franjas da população”. Para completar o quadro, é importante referir que “a centralidade do aparelho de Estado espelha-se também nas relações com as organizações não governamentais de mulheres” (Ferreira 2000: 207-8), o que nos deixa com uma maior compreensão das dificuldades que uma associação como a APEM foi tendo que superar.

Outras entrevistadas salientam a dificuldade em termos da falta de recursos económicos, mais concretamente, “os anos difíceis de 1986-90”: “Houve momentos muito difíceis do ponto de vista financeiro, foi nos anos de 86-90. (...) Eram anos difíceis e, portanto, nós não podíamos financiar sequer estudos, encomendar estudos...” (ent. col.: 10)

Esta situação dificultou a criação de uma área científica não disciplinar como os estudos sobre as mulheres, trazendo dificuldades acrescidas às poucas investigadoras que se atreviam a ‘remar contra a corrente’: as pioneiras em Portugal, levaram na cabeça porque estavam, de alguma maneira, a trair a disciplina; ao encaminharem-se para uma área que não era reconhecida como central para a disciplina, estavam a trair a identidade profissional” (ent. 11: 6). Como já nos vamos habituando, em Portugal, é a velha questão do “não sou feminista, mas...”, como recorda outra entrevistada:

É aquela ideia: “não sou feminista mas interesse-me pelo que estou a fazer”. Não queriam aderir a essa área do ponto de vista académico, apesar de possuírem uma carreira académica. Não significa que não colaborem ou não auxiliem, só que não querem ficar especificamente nesta área, coisa que eu acho que é muito mais comum em Portugal do que pode parecer. Não é um caso isolado, acho que atravessa a própria institucionalização dos estudos sobre as mulheres em Portugal. (ent. 7: 1 e 2)

Nesta ordem de ideias, torna-se compreensível a ‘timidez’ das iniciativas levadas a cabo nos anos 1980 (ent. 11: 4). ‘Timidez’ que é acompanhada por um empobrecimento do debate teórico:

Há um empobrecimento do debate, que vem do facto de as pessoas estarem localizadas por filiações identitárias, de ordem disciplinar, institucional, do centro [de investigação] a que pertencem, etc. Porque o debate não é argumentativo, é opinativo. É no sentido de procurar alianças, ou de estabelecer ou de polarizar conflitos. Estraga tudo. (ent. 11: 8)

Este empobrecimento do debate é algo que várias entrevistadas continuam a referir, mesmo a propósito do momento actual. Algumas falam mesmo da dificuldade de ouvir. Talvez isto possa ser articulado com o que algumas feministas chamam da necessidade de uma “epistemologia da escuta” em contraponto à tradicional “epistemologia do olhar” (Lewis, 1994, entre outras):

Tenho sempre pena de (...) em Portugal, não termos o hábito de nos ouvirmos. Quando há um colóquio, das três uma, ou ‘participamos mas não temos nada para apresentar, ou participamos e comunicamos o que é importante e termina por aí, ou se não temos nada para apresentar nem aparecemos’. Se não temos nada para apresentar, não vamos lá. Mas eu acho que isto não é [o que se passa] na APEM. (ent. 9: 8)

Temos, aliás, pouca tradição de debate e de crítica científica a sério (...) há muita crítica maledicente, isso há! Muita maledicência, isso há! (ent. 8: 26)

No entanto, apesar da exiguidade de recursos e do pequeno número de investigadoras, penso que podemos falar da *construção* progressiva de um *espaço científico-social* de estudos sobre as mulheres, pelo menos a partir da última metade da década de 1980.

A construção de um espaço científico-social de estudos sobre as mulheres

À Comissão e às mulheres que, então, trabalhavam na CCF, atribui-se, como já se fez referência, um papel promotor neste processo. No entanto, o carácter institucional da própria Comissão, se permitia alguns recursos e condições para o início da construção do campo, constituía também uma limitação:

Há um bocadinho também a noção de que a Comissão não era, de facto, um centro de investigação, embora se visse obrigada, muitas vezes, a fazer os seus estudos” (Ent. Col.: 3)

O próprio potencial promotor que a CIDM tinha (...) foi muito inibido pelo seu estatuto na orgânica do governo e pelos seus condicionalismos orçamentais. Se a gente comparar com o *Instituto de la Mujer* ou com outros organismos, elas tiveram sempre um orçamento para investigação e para estudos que lhes permitiu articular com as universidades de uma forma que a CIDM nunca conseguiu. (ent. 11: 4)

Uma outra entrevistada designa de “pecado original à nascença” o facto de os estudos sobre as mulheres, de alguma maneira, terem precisado deste impulso de uma instituição estatal. No entanto, apesar de tudo, o apoio estatal não foi assim tão grande:

Houve uma altura em que eu fui bastante crítica deste nosso pecado original, à nascença. Mas, depois, comecei a conhecer melhor os processos dos outros países e cheguei à conclusão que o Estado português não apoia nada, em comparação com o que outros Estados têm feito no apoio aos estudos sobre as mulheres. Para além de apoiarem a própria institucionalização de cursos, de linhas de investigação, de acções de consciencialização, de criação de centros de investigação, nas universidades e nos sistemas públicos de investigação, têm também dado apoio às associações de mulheres. Por exemplo, cedendo-lhes espaços próprios, proporcionando-lhes acesso a infra-estruturas, de secretariado e de comunicações, apoiando o trabalho normal de funcionamento. Isto fez-se nos países nórdicos, fez-se largamente em países como a Holanda... (ent. 16: 13)

Para algumas entrevistadas, o papel promotor da CIDM — ou CCF — deve-se, por um lado, a uma falta de dinamismo da sociedade civil em Portugal e, por outro, à rigidez das universidades portuguesas:

Pois, eu não tenho essa visão tão optimista... quanto ao dinamismo das associações. (ent. 16: 5)

E de alguma maneira, elas tiveram um papel importante na criação da Associação. É natural que tenham: num país onde não há nada, onde as universidades vivem num clima de uma espécie de caixa de ferro, onde não acontece nada, com umas estruturas extraordinariamente rígidas e sem autonomia para mudar ou introduzir seja o que for! Há o famoso decreto da autonomia universitária mas... não se sabe em que se traduz esta autonomia. (ent. 16: 5)

Na sequência deste argumento, o papel determinante deve-se à influência externa, nomeadamente da União Europeia:

Desde que a Comissão Europeia resolveu pegar em mãos uma orientação, enfim, uma orientação mais pró-feminina... ou pró-feminista, a partir dos princípios dos anos 90, quando começaram a confrontar-se com vitórias dos eurocépticos em referendos e cujas bases votantes passaram a atribuir às mulheres. (...) E portanto a partir daí, há um período que é sintomático que é entre 1986 e 1992, a União Europeia não aprova uma única directiva relacionada com as questões das mulheres e, a partir de 1992, é quase uma por ano. Começaram a reparar que era preciso que a União Europeia tivesse mais em conta a especificidade das mulheres. E portanto, a partir daí, os estudos sobre as mulheres tornaram-se *mainstream*... (ent. 16: 9 e 10)

Esta questão tem obviamente de ser equacionada no balanço que se quiser fazer dos estudos sobre as mulheres na entrada no novo milénio. Também outras entrevistadas recordam a importância dos contactos europeus nos primeiros passos desta construção científico-social de estudos sobre as mulheres, num contexto em que o interesse por esta investigação era mesmo muito diminuto:

Mas a Comissão tinha a noção que não era um centro de investigação, mas o facto é que ninguém se interessava por essa investigação... (ent. col.: 3)

— E houve um seminário a que eu fui na Holanda, promovido pelo Conselho da Europa, em que eu fui representar a Comissão, e cujo tema era exactamente “os papéis sociais dos homens e das mulheres”. E, portanto, de lá eu vim com a ideia de que realmente havia esses papéis sociais estereotipados.

— E foi assim que se desencadeou...

— Desencadeou-se informalmente. Tanto quanto eu me lembro, houve vários contactos internacionais: a Ivone esteve no âmbito da Rede WISE, tu estiveste no âmbito da rede do Conselho da Europa, a ENWS.

— A do Conselho da Europa foi em 1986, onde fui pela primeira vez. (ent. col.: 3)

Os contactos internacionais, com organizações ou com investigadoras na área são, por outras mulheres, considerados uma ‘frente’ importante:

É uma área em que, precisamente porque está muito desenvolvida noutros lados, quem se mete nisto acaba por procurar também ir ver coisas fora ou contactar com outras experiências lá fora, etc. (ent. 8: 9-20)

Como sabemos, os estudos sobre as mulheres estão mais desenvolvidos no estrangeiro do que cá e por isso é que este esforço acho que deve e devia ser feito. (ent. 6: 8)

Vale a pena identificar neste processo de construção de um espaço científico-social de estudos sobre as mulheres, sem detrimento de outros contributos que possam ter sido importantes, três momentos de extensão para o interior das universidades: um primeiro que consistiu em contactos formais com a instituição, um segundo que se caracterizou pelos contactos directos entre a CCF e investigadores nas universidades acompanhados da realização de um inquérito a todos/as os/as universitários e, finalmente, a tentativa de constituição de uma ‘rede’ de estudos ou de investigadoras interessadas nesta área. Assim, os primeiros contactos com a academia portuguesa¹¹ fizeram-se formalmente através da, então, Direcção Geral do Ensino Superior (ent. col.: 5). A avaliação do pouco impacte desta iniciativa levou à escolha de outras estratégias:

— E fomos pelo caminho directo. E tivemos contactos com universitários.

— Isto foi no início dos anos 80: 81, 82. (ent. col.: 5)

Apesar da pouca adesão a este campo dos investigadores em geral, destaca-se o papel iniciador de disciplinas como a Sociologia e a Psicologia:

Quem pegou com mais facilidade nisto acho que foi uma ciência que também era nova cá: foi a Sociologia. Da área das Literaturas ou da História, houve mais resistência. Acho que a primeira ‘leva’ é, de facto, da gente da Sociologia e da Psicologia, que são disciplinas novas e, portanto, mais abertas. (ent. col.: 7)

Houve, então, uma tentativa de constituição de uma rede de investigadoras/es na área de estudos sobre as mulheres (ent. col.: 8), acompanhada de elaboração de protocolos com instituições académicas (ent. col.: 11). Esta tentativa de constituir uma ‘rede’ é recordada por algumas entrevistadas:

Vieram algumas pessoas e pelo menos houve uma reunião em que algumas pessoas propuseram que podia haver, por exemplo, encontros regulares entre investigadoras para discutir. Mas penso que isto não funcionou. (ent. 7: 3)

Lembro-me, de facto, de ter ido a uma reunião em Lisboa, convocada pela CIDM, (...) com pessoas de várias universidades (...) e do que eu me lembro é exactamente desta proposta de que se formasse uma associação ou um grupo [uma rede] de estudos sobre as mulheres. (...) É uma reunião que decorre de uma maneira (...) nem excessivamente forte nem activa, do que eu me lembro. (ent. 17: 1)

É ainda importante fazer notar que este processo foi atravessado por aquilo que constitui um dos dilemas dos *estudos das mulheres*: integração institucional ou organização transversal às instituições:

Havia duas coisas que se discutiam muito: se os estudos sobre as mulheres deveriam ter um núcleo dentro das universidades, num centro de investigação... mas que podia ser uma forma de marginalização... ou se devia ser o contrário, uma coisa mais integrada, transversal. (ent. col.: 9)

Como afirma Mosconi (1998), os estudos sobre as mulheres/estudos feministas constituem, nos diversos países, duas estratégias relativamente opostas: uma estratégia separatista e outra integracionista:

A estratégia separatista poderia ser qualificada de estratégia identitária e a estratégia integracionista de epistémica. Com efeito, repousam em características contrastantes. A estratégia separatista orienta-se para a acção e assenta na crença pragmática da unidade do pensamento e acção; tem o cuidado de manter os laços com os movimentos de mulheres. (...) A estratégia integracionista, por seu lado, procura menos os laços orgânicos com os movimentos feministas; (...) critica a ausência das mulheres como objectos e sujeitos de saberes, preocupa-se com o reconhecimento dos saberes produzidos nas instituições de pesquisa e na instituição universitária: mostra a necessidade de alterações nos métodos, conceitos e teorias, mas a sua crítica epistemológica é menos radical. (1998: 20)

No seio desta oposição, a APEM constitui-se como Associação essencialmente de carácter transdisciplinar e vai contornar esta e outras tensões ao longo da sua década de existência.

A constituição da APEM

A constituição formal da APEM, tal como atrás se refere a propósito dos estudos sobre as mulheres, é muito resultado do impulso da CIDM:

Mas logo ao princípio, a maior parte das pessoas que se associaram eram da Comissão. Da Comissão, houve sempre um apoio institucional à Associação e provavelmente em todas as direcções houve sempre alguém da Comissão, pelo menos pelas questões logísticas, tinha que ser. No fundo, as coisas funcionavam ali. (ent. 7: 1)

Sem objectivo de omitir ninguém, uma entrevistada recorda algumas colegas dessa fase:

Lembro-me da Conceição Pinto Lopes, da Dina Canço, da Zinha, da Ivone Leal... Havia uma outra que era a Maria Manuel Vieira... A Maria Manuel Vieira, na altura de formar a direcção, não pôde estar, ou não estava e trabalhava com alguma proximidade com a Maria Carrilho. Houve pessoas que estiveram e que depois

desapareceram. A Mercês Covas de Évora, que, digamos, foi uma figura um pouco promovida na altura. Mas havia também a Heloísa Perista e lembro-me também de ver, em algumas reuniões, a Isabel Allegro, que depois não continuou a ter um papel activo. (ent. 16: 2)

A participação das mulheres neste momento nem sempre se traduziu, posteriormente, na sua filiação na Associação. Participam mas não quiseram ser sócias:

Lembro-me de pessoas que estiveram nessas reuniões e que não foram logo das primeiras sócias. Actualmente, a Associação continua a ter pessoas que participam desde do início, que apoiavam estas coisas das mulheres mas que não queriam fazer parte da Associação e, de facto, nunca fizeram parte da Associação. Estou a lembrar-me concretamente de uma pessoa e que, na altura, quando foi para dar nomes para a lista, não deu, e lembro-me que havia pessoas que não queriam fazer parte. (ent. 7: 1)

Embora o argumento da carreira académica possa explicar a posição de algumas investigadoras, outras há, no entanto, que fazem parte do grupo e que não gostam de estar formalmente associadas.¹²

Quanto ao trabalho de preparação que conduziu à formalização da APEM, as entrevistadas recordam as reuniões e o que fez a Comissão Instaladora:

A designação não foi encontrada mas decidiram convocar um conjunto de pessoas que elas entendiam que estariam interessadas nestes estudos e que tinham desenvolvido algum trabalho nesta área... e foi assim que estivemos em duas ou três ou quatro reuniões. Isto arrastou-se durante um certo período, (...) e, durante um ano, a Comissão Instaladora fez pouco mais do que legalizar a Associação: estatutos, registo notarial, etc. (ent. 16: 1)

Todo este trabalho se direccionou para a formalização da APEM que se realizou na sua Assembleia Constituinte.

A Assembleia Constituinte da APEM: um acontecimento histórico

Uma das entrevistadas recorda a Assembleia Constituinte da APEM como um acontecimento histórico:

Lembro-me da Assembleia Constituinte, presidida por Joana de Barros, e lembro-me do discurso da Maria Carrilho. E lembro-me — da minha memória, tenho agora dificuldade em situar no tempo, mas isto deve ter sido, de facto 91, por aí — que essa terá sido a primeira assembleia, digamos, fundadora, com muitas mulheres, com muita gente na sala. Isto é um acontecimento de que eu me recordo perfeitamente, pela grande afluência, por aquela sala cheia e por um certo formalismo que, ao mesmo

tempo, deu a sensação de uma partilha de um acontecimento histórico, apesar de tudo. (ent 11: 1)

Formalmente, a Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres constituiu-se a 25 de Outubro de 1991, data da sua 1.^a Assembleia Ordinária.¹³ No entanto, algumas entrevistadas recordam que emergiram, logo nesta Assembleia, algumas questões: por um lado, os diferentes tipos de des/implicação na Associação, por outro, diferentes estratégias ou caminhos a seguir. Em relação à primeira, a 'desimplicação' de algumas mulheres presentes terá entristecido aquelas associadas que colocavam importantes expectativas na sua dinâmica:

Estou a recordar algumas peripécias de pessoas que disseram que já tinham não sei quantas associações, e nós ficámos um bocadinho chocadas porque não era isso que lhes competia dizer, a gente esperava que não fosse igual às outras... Achei muito pouco estimulante para todas nós ser dita uma coisa destas. (...) Da nossa presidente, a gente esperava um bocado mais... enquanto para outras de nós era uma coisa muito, muito forte. (ent. 17: 2)

Em relação à segunda, outra investigadora recorda uma tonalidade bastante presente que reforçava a estratégia da "demasiada precaução", fazendo a demarcação entre o 'verdadeiro' e o 'falso' feminismo, ou seja, sempre a permanente incitação ao uso de uma *voz silenciada*:

E lembro-me de uma certa sensação de incomodidade. Quer dizer: no meio da satisfação de finalmente se fazer qualquer coisa, de se fazer uma associação, de haver a possibilidade de as pessoas terem, enfim, um fórum, e terem formas de contacto entre si, e de estabelecerem alguma rede de contactos, também, enfim, não tanto o desânimo — porque já era de esperar — mas o discurso da 'demasiada precaução'. 'Sim senhora, isto dos estudos das mulheres, sim senhora, mas não podemos ofender, não podemos combater...' Sempre que as mulheres começam a tentar ter voz é sempre esta necessidade de demarcação do 'verdadeiro' e do 'falso' feminismo, das 'boas' e das 'más', e das 'radicais' e das 'não-radicais'. (ent. 8: 2)

Como recorda a entrevistada, esta é uma questão que tem atravessado todo o feminismo português desde o século passado e que outras autoras chamaram 'moderado' (ver também Silva, 1983):

É uma coisa que atravessa todo o primeiro feminismo português e que continua até hoje. Esta necessidade sempre do "eu não sou feminista, mas..." ou então de distinguir: há o 'verdadeiro' e há o 'falso' feminismo, e aquelas são as 'radicais', — isto, enfim, depois, com as várias nuances. Sempre essa necessidade da aceitabilidade e de não centrar numa posição de luta ou daquilo que as pessoas logo chamam de 'radicalismos'. Andam sempre com os mesmos fantasmas, talvez das mulheres com chapéus de chuva na mão a partirem tudo... (ent 8: 2-3)

Assim, a Assembleia Constituinte — sem deixar de ser um acontecimento histórico — é atravessada por zonas cinzentas que, apesar de tudo, não conseguem ensombrar o ânimo das investigadoras:

Lembro-me perfeitamente do discurso da Maria Carrilho ser muito nesse sentido. Isto, sim senhora, mas os caminhos que vão daqui são 'estes' e por isso nada de radicalismos... Mas lembro-me de, no regresso vir com aquele peso a dizer 'mais uma vez, aquilo que é possível é muito, muito modesto, e em que medida é que isto marca ou não marca?' (ent. 8: 3)

E aquilo que ficou implícito, aquando da constituição da Associação, ajudou a moldar os processos sociais e as interações e a desenhar 'linhas' e caminhos, umas vezes divergentes, outras nem tanto.

Diferentes linhas na APEM?

Estudos teóricos vs. intervenção articulada com a política?

As entrevistadas concordam que existem, no seio da APEM, diferentes ênfases no trabalho a ser desenvolvido. No entanto, estas diferenças são mais visíveis em termos temporais:

Não sei se são propriamente tensões. Agora, tu tens linhas diferentes que foram e vão sempre acompanhando a APEM. Uma linha mais de *estudos sobre as mulheres* explicitamente, (...) que não se confunde com a CIDM, e uma outra que, em determinados momentos, parece ir também na linha mais das funções da CIDM, mais de intervenção especificamente e em que a linha de estudos é um bocado perdida. (ent. 17: 2-3)

Outras entrevistadas, por exemplo, explicitam como, em determinado momento, sentiram uma maior acentuação na *intervenção* articulada com a política:

Embora fosse uma linha um bocadinho divergente relativamente àquilo que a APEM tinha feito até ali. Porque foi numa linha mais de intervenção política e não tanto de estudos teóricos, nem de estudos de fundo, mas foi engraçado porque trouxe uma certa reflexão e uma certa análise e uma certa crítica sobre essa matéria. (ent. col.: 22)

É também salientado, com a força das palavras e da energia que nelas se coloca, que diferentes linhas não significam ausência de articulação e colaboração:

Mas isto não quer dizer que as pessoas não conjuguem estas duas linhas, e estou a pensar concretamente numa pessoa que obviamente tem estas duas linhas muito firmes — mas há momentos em que talvez isto se torne mais visível. A gente quer ir para um campo muito de intervenção política, e que é fundamental e crucial, etc., mas

parece, aparentemente, que a componente, digamos, de estudos seria menos forte. Parece! Depois, de facto, não é bem assim. (ent. 17: 3)

E o reconhecimento — que também é necessário fazer — de que a diferença de “linhas”, não significa que não haja articulação nem colaboração... (ent. 9: 6)

Construção de um “objecto científico” vs. conhecimento emancipatório

Importante, ainda que nem sempre suficientemente debatida, é a divisão, no seio da APEM, entre quem defende, por um lado, a construção dos *estudos sobre as mulheres* enquanto produção de saber em torno de um ‘objecto’, na linha tradicional da construção do conhecimento — e estaríamos aqui apenas a *recuperar* as mulheres enquanto tema de estudo para o interior da produção científica — e, por outro, quem defende também que estudos sobre as mulheres são necessariamente imbuídos de uma perspectiva emancipatória feminista, em que as mulheres são sujeitos na produção científica e sujeitos no processo de investigação:

Depois, acho que há, obviamente também, uma outra perspectiva que é, digamos, de quem assume isto muito mais como intervenção dentro de uma perspectiva feminista, e quem se situe mais numa linha de construção de um suposto objecto “científico”, entre aspas, sobre as mulheres, e portanto que não gostaria de ter a cobertura do feminismo. Suponho que haverá pessoas assim... (ent. 17: 3)

Uma outra entrevistada acrescenta:

Muita da produção que tem sido feita, da produção científica — de divulgação e pesquisa — na área, é feita efectivamente por pessoas que tomam as mulheres como objectos de estudo, mas a questão da perspectiva — ou a questão teórica — não foi de forma alguma abalada. Quer dizer, a teoria feminista é uma coisa que ‘não existe’. Existe feminismo que é político, que não científico. É político, ideológico e que não é considerado científico: há exemplos ao longo da minha experiência, são várias as histórias. Esta distinção do que é uma ‘ciência correcta’, mesmo sem se ir para a área feminista, muitos outros discursos teóricos puseram em causa, isto é, que nenhum discurso teórico-científico é neutro. (ent. 8: 3)

Ou então esta outra coisa: houve um momento em que isto foi preciso, mas agora já não, porque já está tudo em ordem. (ent. 8: 4)

Na linha deste argumento questiona-se então a própria oposição ‘estudos teóricos vs. intervenção’ (esta questão relaciona-se também com as designações, o que será retomado um pouco mais à frente):

Enquanto nós não nos libertarmos, não ganhamos uma verdadeira autonomia em relação às instituições disciplinares universitárias, de investigação, etc., somos sensíveis a essa classificação. É mais como classificação que nos vem do exterior. (Ent. 11: 9)

Do ponto de vista desta investigadora, é importante assumir o carácter feminista do trabalho que se vai desenvolvendo:

E nós andamos aqui a lutar por ser reconhecidas e a tentar passar despercebidas por entre os pingos da chuva, mas isto é tempo perdido. Como dizia Sartre, “o judeu está na cabeça do anti-semita”, e portanto, o anti-feminista há-de sempre ver feministas onde ele quiser. (nt. 11: 9)

A construção deste espaço científico-social, atrás referido passa, assim, pelo assumir de uma autonomia epistemológica e teórica (ent. 11: 9-10), o que não deixa de levantar problemas na carreira universitária:

Mas para isso é preciso ter vencido as dependências em relação aos orientadores, as dependências em relação às instituições, as dependências face às entidades financiadoras (...). É um processo que normalmente não se faz no início da carreira. (ent. 11: 10)

Embora este constrangimento fosse muito pesado nos anos de 1980, as investigadoras consideram (ver mais adiante) que não se avançou suficientemente. Assim, a questão da designação, colocada por mim nas entrevistas, recebe posicionamentos diferentes, também de acordo com o que se considera que é a melhor estratégia de implantação deste campo na academia portuguesa e da relevância deste trabalho para as vidas das mulheres.

Estudos sobre as mulheres, estudos feministas ou estudos de género?

A maioria das entrevistadas reconhece-se na designação de *estudos sobre as mulheres*: primeiro, pela ancoragem desta perspectiva numa linha histórica de trabalho de construção de conhecimento emancipatório sobre, das e para as mulheres:

Os ‘Estudos sobre as Mulheres’ é uma designação que até certo ponto é um compromisso com a preocupação em desvelar as vidas das mulheres e, na verdade, contribuir para a melhoria da situação das mulheres. Claro que ‘estudos feministas’, também. (ent. 16: 20-21)

E, mais à frente, acrescenta o que considera estar inerente à designação *estudos sobre as mulheres*, em termos da filosofia que pressupõe:

Acho que ‘estudos sobre as mulheres’ tem uma filosofia própria, procura a diminuição das desigualdades sociais e nomeadamente entre os sexos, e procura revelar as vidas das mulheres em toda a sua diversidade e complexidade e, sobretudo, melhorar as suas vidas. O essencial é que os estudos sobre as mulheres procuram erradicar a opressão das mulheres. E este é o traço comum às várias designações, ou seja, terem uma perspectiva emancipatória. A expressão remete, quanto a mim, para a questão de comunalidade e diversidade, igualdade e diferença, autonomia e/ou integração.

. Trata-se de não separar entre os estudos, a intervenção e o ensino. Não devemos compartimentalizar estas três vertentes. Estas são, antes, perspectivas reflexivas e integradas, para analisar e mudar a situação das mulheres. (...) [Esta designação] transporta esta história e está associada às principais problemáticas que têm sido analisadas: os direitos reprodutivos, a saúde, a violência contra as mulheres, a discriminação no mercado de trabalho, a questão dos direitos civis, etc. (ent. 16: 16 e 20)

Para outras entrevistadas, a designação, para além de se referenciar a esta filosofia, é também considerada mais abrangente:

...havia muita gente que, na altura, não se reconhecia em estudos feministas, e ainda hoje não se reconhece. E quando houve aquele seminário, muito posterior, na Curia, era ainda a ideia "eu não sou feminista mas...". E havia muita gente preocupada com o fantasma que há sobre o feminismo em Portugal, talvez limitasse mais. Por outro lado, em relação ao género, ainda era uma outra questão teórica: nessa altura, mesmo agora, não se sabe muito bem o que é que diz. (ent. 7: 4)

...se nós notamos que há exactamente esta divisão entre as várias pessoas, eu suponho que 'estudos sobre as mulheres' é, de facto, mais abrangente, não é? 'De género' ainda seria mais englobante e realmente incluiria o aspecto relacional. Mas os 'estudos sobre as mulheres', para mim, é uma área próxima dos 'estudos de género'. E em relação aos 'estudos feministas' suponho que iríamos ficar com um grupo ainda mais reduzido. E como nós queremos alargar as margens de influência... Podemos mudar — mas, neste momento, parece que efectivamente 'estudos sobre as mulheres', apesar de tudo, é mais abrangente. (ent. 17: 6)

Uma entrevistada afirma que, embora a designação seja 'estudos sobre as mulheres', há um horizonte feminista na APEM:

...há uma certa consciência de ruptura de paradigma na APEM, porque a APEM tem um horizonte feminista. Agora, por outro lado, penso que é uma coisa paralela, não tem contras nem a favor. (...) Mas está feita num horizonte feminista e não se assume como feminista. (ent. 9: 12)

'Estudos de género' é, de entre as três designações, a que recebe mais contestação. Para algumas entrevistadas, é uma designação próxima de 'estudos sobre as mulheres' (por exemplo, ent. 17; ent. 9), no entanto, outras consideram que não se sabe muito bem o que significa (ent. 7) e outras ainda apresentam-na como uma forma de despolitizar o campo, tentando apresentar-se como mais 'neutrais':

'Estudos de género', para mim, não fazia grande sentido. Os 'estudos de género' tornaram-se *mainstream*, porque os 'estudos de género' parece que supostamente são mais neutrais. Afinal, *género* é o famoso conceito em que realmente é tudo muito relacional, portanto, parece tudo muito mais 'insípido' entre aspas. Até concordo com aquilo que está subjacente à ideia de 'estudos sobre género', a ideia de que homens e mulheres são tocados, enformados, por estas relações sociais que tocam a ambos. Mas

tenho consciência que a conotação associada à designação lhe confere um carácter muito mais neutral do que as outras designações. (ent. 16: 10)

Aliás, também num outro plano, tu tens várias 'criaturas' pós-estruturalistas e pós-modernistas que dizem: 'Ah! Essa categoria *as mulheres* essencializa, é uma categoria essencializante, como é que se pode falar das mulheres quando há pretas, há brancas, há amarelas, há pobres, há ricas, há diferentes classes, ...' Mas muito interessante porque as pessoas não põem em causa que se possa usar *classe* ou que se possa usar a categoria de 'raça' ente aspas, ou etnia ou o que seja. É um pouco a ideia de que, como categoria analítica, não se pode usar uma que expresse só as mulheres — quer dizer, se lá estiverem os homens já deixa de ser essencialista! (ent. 8: 8-9)

Há um estudo que mostra (...) de que maneira se mudou e quando é que aparecem os *gender studies*. E como isto tem a ver com a aceitabilidade, e muitas vezes com a questão da despoliticização, quer dizer, o aparecer na designação da área 'género' tem a ver de novo com aquela ideia de que não é completo se tiver só mulheres. E, portanto, nesse sentido soa mais académico. Soa mais 'científico'. Ora bem, lá estão os homens. (ent. 8: 8)

Esta última investigadora acrescenta um contributo para a história das designações deste campo no nosso país que ajuda a compreender porque se usam designações diferentes, mesmo no seio da APEM:

A primeira forma como a área foi designada, em Portugal — e foi pela CIDM — era 'estudos femininos'. Vindo da França. Das relações com a França. Depois põe-se o problema de alterar a designação e havia os *women's studies*. Aí também é interessante as várias traduções: quer dizer, no *women's studies*, aquele possessivo é difícil... Ou melhor, não se encontra um equivalente com a polissemia do *women's studies*. O que é que é? É das mulheres ou para as mulheres ou é sobre as mulheres? É delas, para elas e sobre elas, também enquanto objecto de estudo. (ent. 8: 6)

Fica assim explicado porque é que, nos anos 1970 e 1980, se saltita de designação em designação, de 'estudos femininos' para 'estudos sobre as mulheres' e seria interessante conhecer também como decorreram os debates e as soluções encontradas noutros países da UE não anglo-saxónica (por exemplo, em Espanha, usam a designação *de las mujeres*).

Diferentemente de outras posições, algumas entrevistadas consideram que a designação 'estudos feministas' significa *tomar partido* nas relações homens-mulheres:

Muitas vezes diz-se que 'estudos de género' é uma relação. Quando se trabalha uma área de 'estudos feministas', precisamente o que está na base é uma relação, uma relação de desigualdade, de exploração, ou do que seja, é uma hierarquia que tem a ver com uma opressão específica, histórica, e com uma exploração. Essa questão da relação nunca esteve de fora. O problema é que *toma-se partido* em relação a essa relação. Ou aceita-se que essa relação é uma relação de desigualdade, é uma relação de opressão. (ent. 8: 9-10; ver também ent. 11)

Assim, nesta ordem de ideias, estas autoras prefeririam 'estudos feministas' pelo assumir de uma história político-científica, da perspectiva emancipatória da construção do saber (como nos 'estudos sobre as mulheres') mas também na inscrição numa herança ligada a um movimento social:

Preferia chamar-lhe (...) feministas. Eu gosto de chamar os nomes às coisas. Não creio que os 'estudos sobre as mulheres' eliminem menos pessoas do que os estudos feministas. Porque acho que cada um deles elimina pessoas, embora sejam pessoas diferentes. Desse ponto de vista, o meu critério seria da ancoragem num quadro teórico que está consignado internacionalmente. Existe, hoje, teoria feminista. Chama-se assim. Nem se chamam 'estudos', é a *teoria feminista*, onde se cruzam as disciplinas, onde se cruzam as perspectivas... (...) E as historiadoras salientam o papel que a Psicologia teve e as sociólogas vão à História... Na literatura internacional, a partir do final dos anos 1990, penso que, aí, os trabalhos sobre epistemologia feminista também tiveram muito que ver com isso, Sandra Harding e outras assim foram chamando os nomes às coisas... (ent. 11: 12)

E outra entrevistada acrescenta:

Se me perguntarem, é evidente que queria 'estudos feministas'. Aquilo que me interessa é a perspectiva feminista, é um termo com um passado histórico que eu reivindico para mim, e de que me reivindico herdeira, com todas as distâncias que uma pessoa possa ter, (...) é uma palavra que eu acho importante, até na reivindicação de uma história, dessa ligação, enfim, a uma genealogia... daquilo que se faz hoje. Em termos daquilo que se faz em Portugal, se calhar 'sobre as mulheres' descreve melhor aquilo que com maior visibilidade se faz na área. (ent. 8: 8)

Como foi argumentado, as designações são conceitos e arrastam consigo 'várias' histórias (e estórias), no sentido em que, aos níveis internacional e nacional — e mesmo local — estes percursos se cruzam, se confrontam, se sobrepõem, imbricando-se ou não. Por vezes, sente-se que, se para algumas investigadoras (ent. 7; ent. 9) este é um debate incompleto no nosso meio académico, para outras, a questão da designação é um debate já frio (ent. 8; ent. 16; ent. 17). "Outra vez a mesma questão!", parecem desabafar algumas mulheres.

Uma estrutura integradora significa partilha de estudos e de saberes

Para algumas investigadoras, a designação não parece ser o mais relevante; antes a existência de um colectivo que constitua um espaço de construção de um saber integrado:

... não tenho nada contra que se façam associações de história, de filosofia, ou outras. Agora, penso que uma estrutura integradora para mim faz todo o sentido. Nunca tinha pensado nisto. Estou a pensar agora. Existe uma interligação e conjugação de

disciplinas, que significa uma *partilha* de estudos e saberes. Muitas pessoas valorizam apenas os estudos numa disciplina, no entanto, uma estrutura integradora faz todo o sentido nos estudos sobre as mulheres. Parece-me que a questão da convergência disciplinar (...) é inevitável nos estudos sobre as mulheres! Quer lhes chames 'de mulheres', ou 'de género' ou do que quiseres. (ent. 9: 13)

Também por outras, a transdisciplinaridade é considerada uma riqueza da APEM: "Uma das coisas positivas da APEM é precisamente esta transdisciplinaridade, trazer pessoas das várias disciplinas, é uma das suas fontes de riqueza, que têm, quanto a mim, bastante mais um determinado tipo de perspectivas do que propriamente um objecto de estudo" (ent. 8: 21). Mais uma vez, destaca-se a simultaneidade dos processos em Portugal (tal como noutras dimensões da vida social):

Fez-me uma certa pena a criação doutras associações com filiações claramente disciplinares, não é? (...) Atendendo a tudo (...) o que tem que ver com a tal evolução das coisas cá, penso que há alguns acontecimentos que de alguma maneira marcam a simultaneidade de períodos evolutivos. Quer dizer, nós às vezes em Portugal estamos a viver fases diferentes ao mesmo tempo. No mesmo momento temporal. Porque, realmente, nos anos 60 e 70, a gente assistiu à criação das secções da 'Psychology of Women', na APA (American Psychological Association); e na ASA (American Sociological Association), pelo menos na altura da sua fundação, chamava-se 'Sociologists for women in society'. É assim que as coisas começam, é dentro de cada uma das disciplinas, noutros países. E depois convergem, a partir dos anos 80, em projectos de revistas, de livros colectivos, em que se quebram, de alguma maneira, as fronteiras disciplinares, para se dar uma relevância ao objecto, para ser um saber centrado no objecto mais do que na própria disciplina. (ent. 11: 15)

Também uma outra entrevistada considera um empobrecimento a constituição de associações disciplinares:

Quer dizer, eu acho que se se fica mais pobre é dentro da Associação de História. Se as pessoas não dialogam para fora da sua área, é um pouco aquela ideia de que... como se não houvessem contributos fundamentais, para a própria história das mulheres, que vêm claramente de outras áreas, da sociologia, da antropologia, da educação, etc. (ent. 8: 20, 21 e 22)

Mas a interdisciplinaridade não é perspectivada por todas as investigadoras da mesma forma. Para algumas, é importante, mas a filiação disciplinar é fundamental:

Eu acho que a interdisciplinaridade é importante. Agora, claro, que depois, quando estamos a escrever, a fazer investigação, claro que depois, obviamente, a nossa formação de base é fundamental. Mas é evidente que a interdisciplinaridade abre novas perspectivas. Isso, sem dúvida. Mas é verdade também que, sendo historiadora,

não vou fazer investigação numa outra área. A interdisciplinaridade é importante para tentar ultrapassar as barreiras das várias disciplinas. (ent. 6: 4; e também ent. 5)

Podem ser identificadas fases no trabalho da APEM?

Sem uma grande separação, algumas entrevistadas encontram dois grandes momentos na vida da Associação, para além daquele tempo inicial em que havia muito poucas investigadoras e o trabalho se circunscrevia ao que designei atrás como 'construção de um espaço científico-social de estudos sobre as mulheres'. Num primeiro momento encontramos investigadoras a trabalhar isoladamente nos seus departamentos, algumas delas não inseridas na academia (ent. 16: 3 e 17: 5). Estas inquiridas reconhecem uma segunda fase, caracterizada já por alguma institucionalização — embora fraca (ver também Joaquim, 2001) (ent. 16: 2 e ent. 2).

Esta questão necessita de maior desenvolvimento (em termos de tempo e de espaço), pelo que será um dos pontos em que incidirá a continuação desta investigação, abordando as realizações e os eventos de cada mandato, reflectindo se podemos ou não considerar a existências de 'fases' na vida da Associação. Merecerão então destaque os encontros realizados antes da constituição da APEM e, durante estes dez anos, as diferentes publicações conseguidas, os estudos encomendados ou elaborados, a publicação do boletim nas suas diversas formas, a composição dos corpos sociais de cada mandato, os temas destacados, a página da Web, etc.

A segunda fase seria então marcada pela edição da *ex æquo*.

A criação da revista marca a inserção da Associação na comunidade científica

Assim, a revista, considerada como um marco na vida da APEM, concentra todas as avaliações positivas, deixando outras iniciativas mais escondidas nas memórias:¹⁴ "A revista, marca, não uma ruptura, mas uma outra fase" (ent. 17: 5); "A revista foi uma boa iniciativa" (ent. 16: 16). É, assim, o grande acontecimento a destacar, da vida da Associação:

Nestes dez anos da APEM, acho que o acontecimento verdadeiramente de destacar é a criação de uma revista. Porque isso marca a existência de uma associação no seio de uma comunidade científica. Desde logo, a existência de uma revista, para mim, é uma coisa que é posta num plano singular. Não é comparável com todas as outras coisas. Digo eu. É claro que houve, obviamente, colóquios muito simpáticos, muito bem organizados, muito interessantes, ao longo destes anos. Mas acho que eu destacaria que aquilo que constitui a inserção de uma associação no seio de uma comunidade científica é uma revista. Desde que, evidentemente, essa revista dê visibilidade aos

trabalhos da comunidade científica, ou aos debates de ordem político-científica... (ent. 11: 8)

Isto é, aliás, um ponto em que todas as entrevistadas estão de acordo:

Acho extremamente importante a existência de uma revista. (ent. 7: 5) (ver também ent. 16: 16)

Eu penso que a revista... Fazer um número, já foi bom. Estar a manter a regularidade de fazeres números, é que eu acho que é espantoso. (ent. 9: 7)

Aquilo que me parece que é hoje uma das realizações mais importantes da APEM, é de facto a revista (...) porque envolve muitas mulheres do mundo académico, nós estamos também muito envolvidas na produção de textos, na produção de investigação, na publicação, etc. Embora não permita que nos vejamos juntas a trabalhar, a revista é um veículo, é uma forma de expressão, de visibilização das nossas produções. Suponho que, hoje, é das boas, das importantes realizações da APEM. (ent. 17: 3)

Para uma das entrevistadas, a revista deve ser um espaço transdisciplinar:

...acho importantíssimo que haja uma revista com as características da *ex æquo*, ligada à área e claramente transdisciplinar, por definição à partida. A viabilidade da revista depende menos de quem está na direcção, a coordenar a revista do que das investigadoras, das mulheres que produzem, e dos homens, que produzem na área. Isto reflectirá um bocado, também, o que for o desenvolvimento da área para o futuro. Penso que, por outro lado, o facto de estar agarrada a uma Associação lhe dá algumas garantias de sobrevivência, e de qualidade. (ent. 8: 26)

O nome da revista já não acolhe tanta unanimidade. Considera-se que ressalta a temática da igualdade, não visibiliza a *personagem feminina*, não reporta à sua área de intervenção. Para algumas investigadoras isto é considerado positivo, para outras nem tanto. Algumas identificam-se com o nome: "Não foi minha proposta, mas depois achei muito interessante. Se, de facto, estamos interessadas em visibilizar as mulheres, pretendemos também assinalar a questão da *igualdade*" (ent. 17: 4; ver também ent. 16). Mas visibilizar a *personagem feminina* é uma posição que também não coloca as entrevistadas de acordo (ver, por exemplo, ent. 9). No entanto, uma investigadora salienta o facto de que o nome não explicita o campo de estudo e / ou intervenção da revista:

Neste momento, o que desfavorece — agora comparando as duas revistas — o que desfavorece muito a revista da APEM é o título, é o nome da revista. Desfavorece, porque o nome da outra é um nome muito feliz, parece-me, reporta muito facilmente à sua área de intervenção. E desse ponto de vista, acho que a revista da APEM fica desfavorecida. É pouco afirmativo. (ent. 11: 14)

Ressalta-se ainda o carácter 'distante' do título, tornando o seu acesso mais difícil e,

nesse sentido, fazendo agarrar à revista um carácter de um certo elitismo (ent. 11: 14).

É referido com entusiasmo e uma certa alegria o grande dinamismo da *ex æquo*: “Vai sair o 4.º número da revista, o que significa um grande dinamismo, porque há uma plataforma global, entregas a quem tem capacidade para produzir um número. Portanto, há uma relativa autonomia-dependência” (ent. 9: 6).

A ex æquo, ao dar conta de mundos diversificados, é indicador de realismo

A organização da revista, tal como tem sido concretizada — isto é, entregue rotativamente a diferentes grupos ligados a diferentes instituições — é tema de reflexão, embora receba a concordância da maioria das entrevistadas:

Penso que essa lógica é uma lógica que pode servir-nos. Ou seja, quando se sabe que há uma pessoa ou um grupo que tem uma coisa para publicar, então vai-se lá e elas publicam, e, portanto, obviamente, isso dá conta de mundos muito diversificados. E sobretudo é um indicador de realismo, se quiseres. (ent. 9: 7-8)

Nas entrevistas que realizei, questionei as investigadoras/dirigentes sobre o boletim. As respostas não são consensuais, sobretudo no que se refere às possibilidades de o realizar ‘em tempo útil’. No entanto, algumas foram de opinião que este instrumento de comunicação serve objectivos diferentes dos da revista, nomeadamente de ligação entre as associadas constituindo “uma mensagem de que se existe” (ent. 11: 12-13; também ent. 6: 8; ent. 10: 5 ent. 14). Uma ou outra investigadora propôs a elaboração de um boletim ou uma folha *on line* (ent. 10; ent. 15; ent. 5). Surgiu, numa das entrevistas, a ideia de solicitar à CIDM um espaço no *Notícias* para a divulgação do que a APEM considerasse importante (ent. 9). Na entrevista com a presidente desta instituição, Ana Maria Braga da Cruz, ficou claro que esta ideia será bastante viável. Relacionada com o boletim, a página da Web foi considerada um instrumento muito útil na vida da Associação (ent. 16; ent. 12; ent. 14; ent. 5). Serão aspectos a aprofundar.

Podemos detectar mudanças? O balanço possível

Para avaliar das mudanças produzidas, do impacte na área do facto de existir uma *Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, diversas entrevistadas começaram por salientar a questão de que o que se passa na APEM é comum ao que acontece a nível nacional noutras associações (ent. 9: 6), incluindo a ideia de que “é muito difícil mover as pessoas associadas, cá em Portugal, em qualquer associação” (ent. col.: 22). Ressaltaram também a relação entre o que se passa na APEM e o que existe no seio da academia portuguesa em geral (ver ent. 11). Outras

salientaram que as avaliações são sempre injustas: “quando olhei aqui para o guião, fiquei a pensar ‘o que é que eu penso sobre isto?’ Sabes, porque eu acho que estas avaliações são sempre, além de tudo o mais, injustas, para quem se envolveu até ao limite nas coisas.” (ent. 9: 5)

Mais uma vez, tal como já atrás o afirmei, a revista concentra todos os balanços, e quase obscurece tudo o resto que tenha sido realizado.

Algumas levantam o problema de como se pode avaliar resultados, ou seja, a dificuldade de encontrar ligações entre efeitos e causas de entre um conjunto complexo intrincado e quase infinito de possibilidades:

É sempre aquela questão de como é que se avalia o impacte. Normalmente, temos uma certa tendência para avaliar o impacte por uma certa visibilidade, não é? E a visibilidade, como nós sabemos, vai muito através dos *media*; e os *media* são mais sensíveis a determinado tipo de questões, de veículos; também eles estão sujeitos, digamos, à própria percepção do que é a legitimidade de determinado tipo de intervenções; o âmbito e o alcance de algumas reflexões, e o impacte dessas reflexões. (ent. 17: 10-11)

Salientam, por um lado, a ausência de debate, “a dificuldade do debate teórico em Portugal estende-se à APEM” (ent. 9; ent. 7; ent. 11; ent. 8) e “a não-abertura à compreensão de outros objectos teóricos” (ent. 7), e, por outro, os constrangimentos da vida universitária, da carreira (já referidos):

No contexto das ciências sociais, em Portugal, já é tão complicado haver debate teórico, não vejo porque é que a APEM teria um estatuto diferente. A falta de hábitos de discussão teórica, de querer enfrentar questões que são complicadas, e em que as pessoas se posicionam diferentemente. Uma pessoa pode saber muito de uma linha teórica e não saber nada de outra e tem de fazer isso com esforço. E então porque é que as pessoas hão-de fazer esse esforço se têm que fazer uma carreira? (ent. 7: 8)

Uma importante questão, colocada por algumas entrevistadas, é a de que a APEM cumpriu as suas promessas, quer em termos das condições que permitem maior legitimação do campo (ent. 16), quer por ter possibilitado (em alguns casos) o aparecimento de mais trabalhos (ent. 6), quer também pela revista (ent. 11; ent. 17). É assim um espaço, um conjunto de pessoas que podem ser contactadas por quem está interessado na área:

Cumpriu plenamente as suas promessas de haver alguma coisa que tem, se calhar não a visibilidade que merecia, mas, apesar de tudo, uma muito razoável visibilidade. Não é difícil as pessoas saberem que existe e que se podem dirigir à APEM para obter determinado tipo de informações, de documentação, de contactos, ou de saber quem faz... Acho que nesse sentido, cumpriu, quer dizer ‘o mundo é melhor com a APEM do que sem ela!’ Para as mulheres, acho que sim. (ent 8: 5-6)

Mas, enfim, feito este preâmbulo, é importante reunir aqui o que são as

perspectivas das entrevistadas sobre o que mudou ou não mudou, e se a existência da APEM foi significativa na produção destas mudanças.

O debate epistemológico no seio da APEM já começou, mas é incipiente

Algumas entrevistadas insistem na necessidade da Associação assumir a sua responsabilidade teórica e epistemológica. Relacionando com os três processos referidos no início deste artigo, citando Maynard e Purvis (1996) — recuperação, reconstrução e reflexividade — vemos que, em Portugal, também neste campo, se assiste a uma simultaneidade de processos:

Acho que estamos no primeiro momento — visibilização das mulheres — e também no segundo, da reconstrução da ciência. E há momentos em que é também o terceiro [reflexividade]. Também já estamos noutro tempo, já outras pessoas fizeram outras coisas noutros países. Nós propriamente vamos reflectindo doutras maneiras... Se calhar, podemos falar de simultaneidade! Como em relação à escola de massas, em relação à ciência, em relação aos direitos... Uma reflexão com alguma simultaneidade. (ent. 17: 14; ver também ent. 11, já citada)

Assim, podemos encontrar investigadoras que, neste momento, estão sobretudo preocupadas em que seja acumulado conhecimento sobre as mulheres, no sentido de alargar o terreno desta área de estudos. Digamos que podiam situar-se mais na *recuperação* das mulheres enquanto objecto de estudo para o interior da ciência (ver, por exemplo, ent. 6 e ent. 5). Ao mesmo tempo, outras têm desafiado o próprio processo de construção do conhecimento quer em termos dos caminhos a seguir numa pesquisa, quer em termos de questionar as relações e as condições sociais de produção do conhecimento (ent. 17; ver também, por exemplo, Helen Roberts, 1981: 3).

Por isso, a avaliação sobre estes dez anos da Associação não é consensual. Umaz enfatizam a insuficiência do debate teórico e epistemológico no seio da APEM (já referido também a propósito do mundo académico nacional, ent. 7; ent. 8; ent. 9; ent. 11; ent. 16 e ent. 17). No entanto, para algumas entrevistadas, insuficiência não significa ausência:

Acho que há uma evolução na APEM. Lembro-me das primeiras discussões na APEM e, de facto, o modelo era, digamos, das metodologias muito mais quantitativas — inquéritos, dados estatísticos — mas, de facto, mudou. Lembro-me de nós falarmos das histórias de vida e das metodologias biográficas e da surpresa que isso constituiu, ou de qualquer maneira do seu carácter de certa maneira inovador. Para grande surpresa nossa, (...) por vezes surgem discussões que mostram como as pessoas provavelmente *ainda não terão* reflectido na questão epistemológica de uma forma mais abrangente e mais plural sobre a construção da própria ciência. (ent. 17: 12)

Segundo esta entrevistada, a crítica ao carácter sexista da ciência e da academia

está conseguida, mas não se avançou para concepções e práticas de construção do conhecimento que tenham em conta essa crítica e trabalhem num paradigma diferente (ent. 17: 13; ver também Roberts 1992; Benhabib e Cornell; 1987; Maynard e Purvis, 1996, entre outras).

Em 1997, Helena Araújo escrevia para o Guia da WISE:

Embora os *women's studies* em Portugal necessitem de maior desenvolvimento, alcançou-se alguma legitimação e visibilidade. A falta de debate sistemático é, provavelmente, uma das áreas mais cruciais que necessitam de desenvolvimento, assim como continuam a ser necessárias políticas explícitas no ensino superior e no secundário de promoção de iniciativas no campo dos estudos sobre as mulheres. (Araújo, 1997: 160)

Uma outra entrevistada salienta que, na sua avaliação, o percurso neste domínio é ainda muito pequeno:

Esta ideia, no fundo, de que não é possível essa objectividade, esta crítica vinda de vários lados, da questão da neutralidade da ciência, esta questão da situacionalidade do ponto de vista, de que aquilo que a gente vê depende de onde está e que se deve tornar claro o lugar de onde vê, porque aquilo que a gente vê e aquilo que constrói depende de uma determinada situação e de uma determinada posição, não apenas social mas política, isto passa completamente ao lado das pessoas. Isto é uma coisa que eu tenho constatado ao longo dos anos e penso que nesse campo anda-se pouco. (ent. 8: 4)

Os avanços são ainda de carácter individual:

Acho que o trabalho teórico está pouco desenvolvido entre nós... Também sem haver o apoio de uma certa institucionalização em termos de ciência e de investigação, é mais difícil as coisas acontecerem. Há pessoas individualmente que têm trabalho neste campo, mas depois em termos mais gerais, nota-se pouco. (ent. 8: 5)

No entanto, esta 'institucionalização' não merece o entusiasmo de todas as entrevistadas:

Eu penso que os anos 90, não é nada contra nem a favor dos anos 90, eu acho que realmente aqui, há alguns saltos. (...) Acho que a década das mulheres, e se calhar também por arrastamento, começou a produzir alguma institucionalização destas coisas. Eu penso que isto tem um lado que é mau e outro que é bom. Ganha uma dimensão social e perde a dimensão de ruptura de paradigma. (ent. 9)

Uma das entrevistadas levanta outra questão neste debate epistemológico e que tem a ver com o carácter emancipatório da construção do conhecimento (também levantado por ent. 11 e ent. 16) em termos da sua *ligação aos quotidianos das mulheres*, quer nos próprios contextos de trabalho académico, quer no mundo social mais alargado:

Lembro-me de que, na altura, ao folhear [o documento do Congresso da APS], fiquei admirada, porque acho que isso não se reflecte numa série de coisas do nosso dia-a-dia, nas instituições universitárias, ou mesmo fora das instituições universitárias. Devia haver uma ponte entre uma coisa e outra e não há. (ent. 7: 7)

Neste sentido, muito do trabalho epistemológico feminista e dos *women's studies* tem sido exactamente des/re-construir a noção de *validade* científica, afirmando que o critério não pode ser o habitual abstracto e de uma qualquer 'verdade', que hoje já se questiona por todos os lados, antes a sua 'verdade situada' no sentido da melhoria das condições de vida das mulheres (o que aliás ficou também claro na discussão do ponto anterior sobre as designações desta área). Como afirma Kathleen Weiler, "para as feministas, o último teste do conhecimento não é se é 'verdadeiro' de acordo com algum critério abstracto, mas se conduz ou não a uma mudança progressista" (1988: 63). Neste, o aumento de trabalhos na área 'de género' não significa avanço teórico e epistemológico, já que "uma coisa é pôr lá *género*, outra coisa é o trabalho teórico e epistemológico sobre o qual as ciências sociais e filosóficas não reflectiram. Nem as ciências sociais nem em termos filosóficos" (ent. 7: 11).

As investigadoras concordam, no entanto, que existe algum dinamismo e interesse pelos 'estudos de género' na academia, maior visibilidade do campo, tanto em termos dos estudos de género, estudos sobre as mulheres, como em termos mais concretos da APEM:

Repara, há um único mestrado de estudos sobre as mulheres, que é o da Universidade Aberta, e de facto tem tido visibilidade. (ent. 17: 7)

[A APEM] é mais visível publicamente, por causa da revista, essencialmente. A revista é aqui uma peça fundamental. (ent. 12: 1)

Este dinamismo manifesta-se, também, no aparecimento de associações (a APIHM, o grupo Faces de Eva), e de outra revista (*Faces de Eva*) que, na opinião de algumas entrevistadas, significa desenvolvimento do campo (ent. 6: 4-5 e 5 e 7). Assim, mais investigadoras/es a trabalhar no campo mostram algum desenvolvimento:

Às vezes não somos tão poucas. Justamente não conhecemos sempre... Foi assim um bocadinho o que me apercebi quando comecei... Os trabalhos não são divulgados, há muitas teses de mestrado e, como não são publicadas, ficam nas estantes das bibliotecas e ninguém as conhece. (ent. 6: 4)

Esta entrevistada levanta, assim, uma questão importante que, do meu ponto de vista, devia ser também agarrada pela Associação: aquilo que Dale Spender (1981) chama de 'gatekeepers', os 'guardadores de portões' que determinam quais as pesquisas que vão receber divulgação e as que não vão.

Outra entrevistada fala da importância de ter com quem debater e dialogar, avaliando algumas mudanças neste aspecto: "Não tinhas interlocutoras/es. Penso

que isso, de certa maneira, mudou. (...) Acho que há algum dinamismo, facto que não existia há uns dez anos atrás. Vai constituir um panorama muito mais vasto e vai permitir que os trabalhos não sejam publicados isoladamente" (ent. 7: 10 e 11). Assim, este dinamismo pode apenas significar expansão quantitativa da área, até porque, na opinião de algumas entrevistadas, o género entrou no discurso, entrou nas políticas, mas muitas vezes apenas enquanto alterações retóricas:

"De facto, a academia não nos vê": dificuldade da Associação se assumir como agência científica

Apesar do dinamismo atrás referido, a avaliação geral é de que a academia portuguesa não vê (e pelos vistos muito menos *ouve*) as investigadoras e a própria Associação, excepção seja feita para a *ex æquo* (que já atrás referimos): "Agora, eu acho que é assim: de facto, a academia não nos vê." (ent. 17: 7)

Um segundo ponto diz respeito à questão de que a APEM não conseguiu ainda assumir-se e ser reconhecida como uma *agência científica*:

isso tem a ver com a legitimidade... A APEM ainda não é incontornável! Neste momento, a APS é incontornável. Se quiserem fazer alguma coisa, não deixarão de perguntar à APS. Por alguma coisa, a sociologia tem tido um impacto muito forte neste governo. E há pessoas da sociologia neste governo e são ouvidas e são muito estimuladas, etc. Como a educação também foi. Isto ainda não se passa com a APEM. Se calhar, ainda não consegue pensar numa acção conjunta na investigação. (ent. 17: 17)

Uma entrevistada refere um exemplo de como a APEM se poderia ter constituído em *agência científica*, mas efectivamente não foi:

Acho que a APEM tentou a primeira vez através do projecto da 'Coeducação: do Princípio ao Desenvolvimento de uma Prática',¹⁵ acho que não foi muito eficaz — e por mim falo — na interacção neste âmbito. Enquanto APEM. Inclusivamente, como agência científica, digamos. E aí, como houve esta ambiguidade entre a CIDM e a APEM, a APEM era só uma das outras e não se conseguiu definir, e a APEM também não puxou para si isso, e também tinha de puxar, que fosse mais uma forma de orientar, que fosse uma parceria científica, que fosse respeitada pelas outras, e que teria uma função completamente diferente das outras, que era validar cientificamente o que foi feito. (ent. 17: 16-17)

Esta ainda pouca legitimidade no mundo académico articula-se com o não reconhecimento por parte dos poderes públicos do papel científico da Associação neste campo de conhecimento:

É muito curioso, por exemplo, a relação do Estado com esta área. Quando fazem uma encomenda, têm muito frequentemente o hábito de pôr como primeiro requisito o

prestígio académico da pessoa a quem pedem a encomenda. Acho isto completamente absurdo — prestígio, na cabeça não se sabe de quem!? São as tais acções de “mercenariato”, são os mercenários que chegam, lêem três coisinhas sobre aquela temática de que têm que conhecer algum vocabulário, e pronto. São os senhores académicos contratados para fazer estudos sobre as mulheres. E depois são esses que criam o campo! (ent. 16: 2-3)

No entanto, apesar de não ter conseguido afirmar-se como *agência científica*, algumas entrevistadas reconhecem que a APEM tem um papel importante em termos da legitimação deste campo de saberes (ent. 16). Porém, atribuem esta legitimidade ao impacte que as pesquisas das investigadoras, individualmente, produziram:

Não há dúvida que a APEM, com algumas excepções, poucas, reúne, entre as suas associadas, as pessoas que fazem o trabalho mais sério, neste país. Claro que o trabalho delas tem impacte, mas, por via da APEM propriamente dita, não é. (...)Ajuda a legitimar um campo. (ent. 16: 15 e 16)

E aqui levanta-se também a questão da utilidade da associação para as próprias investigações que vão sendo realizadas: “A ideia inicial [da APEM] era as pessoas saberem melhor o que é que se passava nesta área, de tal maneira que lhes permitisse um melhor conhecimento, melhores trocas. Tenho a impressão de que isso talvez não tenha acontecido muito, mas não posso afirmar.” (ent. 7: 8)

Apesar do balanço de algumas investigadoras, não se encontrou, nas entrevistas, uma consciência colectiva ou individual acerca dos objectivos, prioridades e estratégias da APEM. As estratégias identificadas reconhecem-se como mais implícitas do que explícitas e muito num carácter individual e voluntarista. A questão essencial é colocada ainda em forma de pergunta cujas respostas precisam ainda de ser desenhadas colectivamente: “Portanto, o que é que a gente quer? Isto também tem questões difíceis. Como muitas de nós, que estamos na universidade, não estamos ligadas a *cadeiras* nesta área, depois parece que isto é algo separado” (ent. 17: 9).

E, mais uma vez, tal como acontece desde a constituição da Associação, a implicação diferenciada necessita de ser gerida com cuidados acrescidos: “Algumas estão muito directamente ligadas, não é? Outras não estão tanto, e outras não estão mesmo. Muitas das pessoas não consideram os estudos sobre género como estudos sobre as mulheres. De facto, para mim, são em grande parte, mas existe esta ambiguidade” (ent. 17: 9-10).

Preocupações às quais se acrescenta um aumento de trabalho nas universidades que, ainda que não da mesma forma como nos anos 1980, continuam no entanto em grande competição entre instituições e no interior das próprias instituições, pelos recursos, pela carreira académica — portanto, pela sua sobrevivência individual no sistema:

A única coisa é assim: quando se contactam as pessoas, as outras pessoas já

concorreram a várias coisas e não conseguem inclusivamente fazer isto porque já concorreram a outros projectos e já estão financiadas por outros projectos, e têm outras coisas para fazer... e não dá para fazer tudo. (ent. 17: 16)

Ou seja, no que se refere à questão das ‘estratégias’, dos caminhos, das vias decididas colectivamente, estamos mais em condições de dizer que é um ponto a agarrar no futuro (ver ponto 7 deste artigo) do que reflectir sobre quais foram e como resultaram. Nesta medida, é mais fácil enunciar as estratégias que a APEM não estabeleceu. Por isso, importa aqui reflectir que, se é verdade que a ausência de reconhecimento da Associação enquanto *agência científica* é um aspecto importante para pensarmos as limitações da APEM, também é relevante perguntarmo-nos se a própria associação definiu colectivamente isto como uma prioridade sua. Algumas entrevistadas reconhecem que a APEM enquanto colectivo também não terá definido como prioridade uma estratégia de se tornar visível na academia e de se impor como *agência científica* neste campo:

Mas também, parece-me que a APEM não colocou isso como uma das suas prioridades, ainda! Agora, se a APEM colocar isso como uma das suas prioridades, dar visibilidade aos estudos sobre as mulheres nas universidades, vai definir o que é que vai fazer, estrategicamente, politicamente, etc. Ainda não tornámos isto uma política prioritária para a APEM. (ent. 17: 9)

A questão que aqui agora passa a ser importante colocar diz respeito às consequências da adopção de uma estratégia nesse sentido, dada a hierarquia e a rigidez do mundo académico nacional. Várias foram as entrevistadas que lembraram os constrangimentos institucionais e da própria carreira das investigadoras no seio da academia portuguesa (também já atrás referido). Importa salientar aqui, em termos de balanço, a continuação do processo de acantonamento das pessoas (investigadoras e investigadores) que de algum modo sejam conotadas/os com esta área (ent. 17: 9). Este acantonamento (também muito referido por ent. 11 e ent. col.) constitui um processo intrínseco à lógica disciplinar académica e simultaneamente é uma forma de garantir a continuidade do edifício piramidesco da hierarquia universitária (ent. 17: 9-10).

Ao falarmos de *agência científica*, partimos de um conceito de *agência* (ver por exemplo Giddens, 2000; Roberts, 1992) no sentido de um espaço social e humano que pode agir no sentido do controlo social ou no sentido da emancipação. Assim, a investigação no campo dos estudos sobre as mulheres [estudos feministas/estudos de género] tem mostrado que se a ciência dominante tem actuado como “agency of disguised social control” (Roberts, 1992: 14), também a investigação feminista pode agir no sentido de *agência de transformação social*. Esta autora acrescenta que as investigadoras/es neste campo, ao invés de colocarem a questão apenas ao nível ideológico (que muitos outros investigadores também fizeram), têm tentado criar, ou pelo menos imaginar, as condições para a emergência de uma metodologia e epistemologia ‘não-sexista’, desafiando o que ela designa de “hierarquia de credibilidade” (Roberts, 1992: 15), não apenas no que

se refere à escolha do objecto de estudo, como também às relações de produção de conhecimento — quer entre investigadoras/es quer entre estas/es e as pessoas que estão a ser investigadas.

Se *agência* tem a ver com “autorização”, “alocação” e “sancionamento” (ver Giddens, 2000: 90-93), o lugar da APEM seria, não apenas uma forma de reunião da investigação e investigadoras na área, mas também um espaço de resistência à agência de controlo social que a instituição universitária constitui e um espaço social para a (re)construção de outras ‘autorizações’, outro tipo de ‘alocações’ e distribuições¹⁶ e outras formas de sancionamento sobre o que pode ou não ser considerado saber(es) legítimo(s).

Influência externa (europeia)

Claro que o aumento do interesse pelas ‘questões de género’ é, por parte de algumas entrevistadas, quase exclusivamente atribuído à influência externa europeia, como já vimos a propósito da construção do espaço científico-social de *estudos sobre as mulheres*: “Acho, francamente, que não parece que podemos falar de uma dinâmica própria, interna, aos estudos sobre as mulheres, a que a gente possa atribuir a própria evolução das pessoas. Fundamentalmente, o que a gente tem são dinâmicas externas” (ent. 16: 4). Outras, embora reconheçam a importância desta influência, consideram-na matizada com outras dinâmicas:

A dinâmica da própria sociedade, a implantação, o impacto, a sensibilização, a mobilização que estes estudos vão tendo em termos internacionais acabam por ter reflexo entre nós. (ent. 9: 10)

Trazem determinado tipo de questões, de facto, para a agenda. (...) Temos a certeza de que houve impacto das intervenções europeias em Portugal, nestas áreas, eu acho que é inevitável; se é mais do que a parte militante, propriamente, tenho muita dificuldade em responder. (ent. 17: 10-11)

Alguma desta influência decorre da internacionalização da investigação, que aliás é comum a outras áreas, sendo até institucionalmente incentivada (ver também Teresa Joaquim, 2001). É interessante verificarmos que, quase destino inexorável de mulheres, também as investigadoras necessitam realizar uma dupla jornada de investigação! (ent. 16: 8)

Mas a APEM não tem investigadoras em *full time* e o problema é que as pessoas que essencialmente dinamizariam essa unidade de investigação já têm obrigatoriamente que estar nas unidades de investigação das suas faculdades. Até agora, os estudos sobre as mulheres sobrevivem à custa do trabalho voluntário de mulheres mal pagas, subfinanciadas. (ent. 16: 8)

Em relação à questão da autonomia/dependência dos estudos sobre as mulheres (questão que atrás se aflorava), uma das entrevistadas considera que ainda não

existe autonomia: “É natural que o Estado tenha entre nós esta grande centralidade. Agora, o que a mim me preocupa e desgosta e entristece é o facto de dez anos depois, nós ainda não termos feito o *take off*” (ent. 16: 6). E esta falta de autonomia diz respeito à escassez de recursos financeiros, à ausência de recursos humanos de apoio, e à falta de condições logísticas:

Em termos de autonomia e nomeadamente em termos de criação de uma infra-estrutura de suporte a um trabalho continuado e sistemático, não. Não fizemos. Quer dizer, a APEM tinha *nada*, quando começou; e agora tem mais umas resmas de papel de dossiers acumulados, tem um computador.

Mesmo assim, agora, temos algum financiamento, mas não temos uma autonomia de financiamento. A editora edita a revista, também conseguimos algum apoio do Instituto da Biblioteca e do Livro. (...) A fundação dá algum apoio para o funcionamento da Associação e temos os financiamentos anuais que vêm sobretudo do Conselho Consultivo das ONG da CIDM. E depois, queres fazer cada acção pontualmente, tens que andar à procura de dinheiro, e isso é muito desgastante. É muito desgastante, difícil, e limitativo naquilo que tu podes fazer, porque as pessoas só apoiam coisas deste estilo: encontros, colóquios... (ent. 16: 6 e 7)

Por outro lado, na opinião de algumas entrevistadas, pelo menos de uma, existem alguns sectores da sociedade portuguesa — e específica o da educação e o da igreja — onde não se notam repercussões dos estudos sobre as mulheres:

Penso que há dois tipos de sectores onde se nota a maior ausência de repercussão da reflexão sobre o género, se quiseses, que são a educação e a igreja. Tu tens uma lei, um aparelho jurídico, se calhar dos melhores do mundo, tens se calhar já muitas coisas por aí, nas políticas, nas retóricas, agora, tu tens uma dificuldade de penetração ao nível da educação, indestrutível e tens esta sensação: não entras na instituição e não entras nas escolas! E isso não é um problema, porque as raparigas não fazem problema! (...) Nós estamos ao nível da sobrevivência! A educação está ao nível da sobrevivência. (ent. 9: 10 e 11)

As questões organizativas

O desgaste do trabalho associativo e sem condições é reconhecido por todas as entrevistadas: “É preciso juntar as pessoas mas todas temos muito que fazer e elas [a actual direcção] estão um bocado fartas de carregar o fardo. E a revista tem também exigido muito trabalho. Tem também bloqueado muito a possibilidade da sua contribuição. Desgasta um bocadinho” (ent. 17: 4). O facto de a direcção estar geograficamente dispersa é motivo de preocupação pelas dificuldades organizativas que acarreta. No entanto, para outras entrevistadas é considerada uma forma de as mulheres se sentirem presentes e implicadas: “Continuo a achar que isso foi muito importante. Agora, concordo que temos que arranjar outras formas... porque é difícil as pessoas deslocarem-se. Acho que é uma coisa a pensar:

ter um núcleo da própria cidade e depois outras pessoas que se reúnem de vez em quando..." (ent. 17: 19).

A falta de recursos humanos e materiais é bastante referida:

E com a página da Internet, o que é que aconteceu? Foi feita por jovens de Informática que também são os melhores alunos e não têm tempo. Mesmo para a actualização dos resumos dos números da revista, não têm tempo. Resolvi o problema na semana passada! Aprendi a actualizar a página. Mas eu também só pude fazer isto a partir do momento em que a APEM adquiriu um computador. Custa-me tanto fazer isso como telefonar, mandar um e-mail, esperar que ele faça. Porque, enquanto estou a mandar-lhe o e-mail, faço dois cliques mais e já estou a actualizar! Resolvi e não resolvi o problema, porque, mais uma vez, sou eu que faço as coisas. (ent. 16: 19-20)

A APEM mais sócias; mais solicitações exteriores, de jornalistas, de organizações de mulheres, de estudantes do ensino superior e do secundário e não tem capacidade de lhes dar resposta (ent. 16; ent. 12).

É interessante constatar, nesta passagem para o 'futuro', que a APEM tem mais sócias e recebe mais solicitações exteriores, de jornalistas, de organizações de mulheres, de estudantes do ensino superior e do secundário e não tem capacidade de lhes dar resposta (ent. 16; ent. 12). No balanço que se prolongará no próximo trabalho, será crucial conhecer as articulações com o feminismo, os movimentos de mulheres e as organizações não governamentais — neste último caso, a APEM tem estado representada no Conselho Consultivo das ONG, da CIDM, inicialmente na pessoa de Maria das Dores Guerreiro e actualmente através de Ana Maria Monteiro Ferreira.

Sugestões para o futuro

Quanto às propostas para o futuro, são uma imensidão. No entanto, desnecessário será dizer que a definição do caminho a seguir pela Associação deve ser capaz de reunir, no debate e na sua definição as associadas em torno da discussão do que se pretende da Associação, quais os objectivos que deve servir neste momento, e que prioridades devem ser estabelecidas. Foi isto, aliás, um dos pontos referidos por uma entrevistada, a necessidade de investirmos alguma "disponibilidade para discutir para que serve uma associação; se calhar foi criada com determinado fim e num determinado contexto, e agora o que se poderia fazer desta Associação?" (ent. 7: 5). Uma outra questão prende-se com os recursos — humanos, materiais, logísticos, pessoais — de que dispomos, o que é muito salientado por algumas entrevistadas (ent. 17: 15; ent. 16: 20).

Também é verdade que as sugestões feitas têm quase directamente a ver com o balanço que se faz e que, de forma resumida, referi no ponto anterior. Assim, destacaria:

- assumir a sua responsabilidade teórica: assumir-se como agência científica, "num país onde a teoria não é muito bem vista" (ent. 7: 9) (e também ent. 17; ent. col.);
- estabelecer prioridades no trabalho com o mundo académico, "aproveitando a existência da revista que legitima muita coisa, porque tem muito bom nível, várias pessoas já a elogiaram" (ent. 17: 10);
- contribuir para a definição da política científica nacional, "com um olhar abrangente" (ent. 7), através da contribuição ou crítica das orientações e das linhas estratégicas de investigação, podendo eventualmente apresentar projectos (ent. 1; ent. 9) e "lançar, propor áreas em que a investigação deveria ser feita" (ent. 8: 36);
- agarrar a própria natureza interdisciplinar da Associação e "dinamizar exactamente no espaço transdisciplinar seminários transversais às várias disciplinas e departamentos" (ent. 16: 23), "pensar num caminho dos estudos sobre as mulheres em Portugal que fugisse daquela discussão convencional que é criar linhas autónomas ou integradas, algo que articulasse as duas coisas" (ent. 16: 17-18);
- contribuir para a definição das políticas de formação, "organizando cursos de verão, com especialistas nacionais e estrangeiros, nomeadamente para a formação contínua, quer das pessoas que de uma forma sistemática se dedicam a esta questão, quer das pessoas que têm aproximações pontuais" (ent. 16: 23);
- contribuir para a definição das políticas educativas: "investir e pensar como é que as investigações que se estão a produzir sobre as mulheres, sobre o género, poderiam ser apropriadas ou reelaboradas, ou retrabalhadas para serem integradas pelo Ministério da Educação ou por outras instituições e incluídas e introduzidas nos currículos das escolas" (ent. 17: 18) ou até "criar, para dar visibilidade, um sector de intervenção e estudos em educação" (ent. 9: 15);
- articulação e parceria com outras instituições e associações disciplinares ou desta área, "a APHIM, da História, e com outras redes, com outras sociedades científicas" (ent. 7: 8 e 11); articulação e parceria com outras ONG de mulheres, por exemplo, "a APEM, a APHIM e talvez as Mulheres Juristas, deveriam fazer, por exemplo, de dois em dois anos, um projecto em comum. Eu acho que isto dá uma tal força às coisas!" (ent. col.: 24); isto é, "já que temos que viver com essa multiplicação, digamos, de associações, então, talvez, era capaz de ser interessante mobilizá-las em torno de alguns projectos comuns" (ent. 11: 15); maior articulação com o mestrado da Universidade Aberta (ent. 2; ent. 7; ent. 10; ent. 15);
- valorizar e estabelecer pontes com mulheres protagonistas (na academia e no mundo intelectual e cultural) (ent. 17; ent. 11; ent. 9);
- canalizar a intervenção social para uma dinâmica mais ligada à investigação, "dando visibilidade à dimensão dos estudos feitos, mas assumindo desde o princípio a vertente de intervenção social" (ent. 9);
- calendarizar encontros regulares para debates fundamentais e para partilhar

conceitos, dúvidas, caminhos, métodos, teorias, resultados, questões, “ainda que mais modestos e informais” (ent. 8: 14), “descentralizados e mais sistemáticos no tempo” (ent. 7: 10), tocando questões como: género (ent. 7), igualdade e diferença (ent. 7), feminismo e autonomia ou dependência dos movimentos de mulheres em Portugal (ent. 7; ent. 6; ent. 9), história das mulheres (ent. 7), reflexão sobre o papel da CIDM e outras instituições na situação das mulheres e dos estudos (ent. 9), o tempo e os usos do tempo (ent. col.; ent. 8).

Há um outro nível de sugestões que se prende com as questões organizativas, apontando para uma reflexão sobre algumas de entre elas:

- pensar a dispersão geográfica da direcção (ent. 7; ent. 9);
- pensar o tempo dos mandatos (ent. 7);
- organizar sectores (ou secções) (ent. 9);
- insistir numa maior autonomia financeira (ent. 16; ent. 12);
- conseguir uma secretária de redacção para a *ex æquo* (ent. 12; ent. 17);
- ter a preocupação de que a revista visibilize o que é produzido no campo (ent. 11; ent. 17);
- sugerir ao *Notícias* um espaço de notícias da APEM (em vez do Boletim) (ent. 9: 15) ou fazer um boletim *on line* (ent. 10), reflectir o papel do boletim enquanto dispositivo para “pontuar a vida de uma associação” (ent. 11), “para ser uma mensagem de que se existe” (ent. 11; e também ent. 14);
- investir na página da Internet (ent. 16; ent. 12; ent. 5; ent. 10).

Suponho que, entre muitas outras questões que se poderiam salientar num apontamento final, o número da *ex æquo* em que este texto se enquadra pode ser visto como ‘indicador’ desta reflexividade e como um apontar de caminhos.

Notas

- 1 Gostaria de agradecer a contribuição, para este artigo, em primeiro lugar, das entrevistadas, também pela disponibilidade para corrigir as imprecisões das transcrições, e em segundo lugar, a preciosa colaboração de sugestões, para a análise e para o próprio texto, de Helena Costa Araújo, Laura Fonseca Fernandes, Lígia Amâncio, Sofia Marques da Silva, Teresa Joaquim e Virgínia Ferreira.
- 2 As autoras afirmam que “[d]epois de uma fase inicial de ‘desconstrução’ da tradição intelectual ocidental, em que as teóricas feministas descobriram a cegueira de género [*gender blindness*], assim como os enviesamentos de género [*gender biases*] desta herança, começou a tarefa da ‘reconstrução’ teórica feminista. Focando as experiências concretas das mulheres através de culturas, sociedade e história, as teóricas feministas perguntaram-se de que forma a mudança de perspectiva do ponto

- de vista dos homens para o ponto de vista das mulheres alterou as categorias fundamentais, a metodologia e a auto-compreensão da ciência e teoria ocidentais” (Benhabib e Cornell, 1987: 1).
- 3 Citando de Groot e Maynard, 1993.
 - 4 Citando Vikki Bell, “Pretende-se que a genealogia, no sentido de Nietzsche, nos ajude a compreender a natureza do nosso empenhamento no valor que motiva a investigação sobre esse mesmo valor. Dar uma história ao nosso empenhamento não significa necessariamente desalojá-lo, mas sim compreender a sua formação, as suas disparidades e contingências, a sua evolução, o que o definiu e, portanto, o que em parte nos define.” (1999: 2)
 - 5 Bell cita Jean-Luc Nancy (1991).
 - 6 Estou aqui a tomar emprestada a expressão que constitui o título de um trabalho de Françoise Collin (“Un héritage sans testament”, em *Les Enfants des femmes, Cahiers du Griff*, Complexe, 1992 (ver Teresa Joaquim 2001) e que tem a ver com aquilo que a autora designa de *maternidade simbólica*.
 - 7 Muitas mulheres da CIDM, ex-CCF, participaram, de uma forma ou de outra, neste processo anterior à constituição formal da APEM, um pouco pela própria situação de estarem a trabalhar na CIDM.
 - 8 Ver, a este propósito, artigo de Regina Tavares da Silva (1993), sobretudo as páginas 59-62.
 - 9 Também ao encontro do que outros textos já salientaram (Tavares, 2000; Magalhães, 1998).
 - 10 Este carácter de simultaneidade é desenvolvido teoricamente para outros sectores da sociedade portuguesa, por exemplo, ao nível da educação (ver Stoer e Araújo, 1992), do desenvolvimento económico e dos direitos (Santos, 1994).
 - 11 Uma questão que merece maior desenvolvimento, na continuação desta pesquisa, até porque destes contactos se pode inferir qual o paradigma epistemológico dominante na academia portuguesa, na época, e qual era a reacção a alguma coisa que permitisse vislumbrar algum tipo de ‘feminização’ da ciência, mesmo que só enquanto objecto de estudo.
 - 12 Esta foi também uma das conclusões que saltaram de algumas investigações (veja-se, por exemplo Magalhães, Fonseca e Oliveira, 1991; Magalhães, 1998, e outras) e que necessita de maior aprofundamento teórico e empírico, isto é, a especificidade ou não de um certo estilo mais ‘feminino’ de participação política, sindical, associativa das mulheres.
 - 13 Em cuja acta estão assinaladas as presenças de Ana Nunes de Almeida, Ana Vicente, Anne Marie Fontaine, Conceição Brito Lopes, Cristina Rocha, Dina Canço, Graça Abranches, Helena Costa Gomes de Araújo, Heloísa Pereira Perista, Ivone de Freitas Leal, José Paulo Casimiro da Fonseca, Lígia Amâncio, Margarida Maria Morgado, Maria Alzira Lemos, Maria Carrilho, Maria Helena dos Santos Afonso, Maria Isabel Fazendeiro, Maria Isabel Romão, Maria José Magalhães, Maria Laura Fonseca, Maria Manuel Vieira, Maria Regina Neves X. A. Tavares da Silva, Maria Reynolds de Sousa, Maria das Dores Guerreiro, Virgínia Ferreira, Manuela Leitão. Presidiu a esta 1.^a Assembleia Geral Ordinária Joana de Barros, então Presidente da Mesa da Assembleia, coadjuvada pelas secretárias Maria Alzira Lemos e Maria Manuel Vieira.

A Presidente da Direcção eleita foi Maria Carrilho e a Vice-presidente Anne Marie Fontaine.

- 14 Que queremos vir a reconstituir mais pormenorizadamente na continuação desta pesquisa.
- 15 A entrevistada refere-se ao Projecto europeu "Coeducação: do Princípio ao Desenvolvimento de uma Prática".
- 16 Segundo Giddens (2000: 1), "as estruturas de dominação implicam assimetrias dos recursos empregues na manutenção das relações de poder no interior e entre os sistemas de interacção"

Referências bibliográficas

- Amâncio, Lígia (2001), "O género na psicologia: uma história de desencontros e rupturas", *Psicologia*, XV (1), 9-26.
- Araújo, Helena (1991), "Procurando as lutas escondidas nas histórias de vida", *Cadernos de Consulta Psicológica*, 6, 33-40.
- Araújo, Helena (1997), "Portugal", em Claudia Krops (org.), *European Women's Studies Guide II*, Utrecht, WISE Women's International Studies Europe, 159-164.
- Araújo, Helena (2000), *Pioneiras na Educação*, Lisboa, IIE.
- Benhabib, Sheila, e Drucilla Cornell (1987), *Feminism as Critique*, Oxford, Polity Press and Basil Blackwell.
- CIDM (1993), *Estudos Sobre as Mulheres em Portugal*, Actas do Seminário realizado em Lisboa, a 14 e 15 de Janeiro de 1993.
- Ferreira, Luísa Ribeiro (coord) (2001), *Também Há Mulheres Filósofas*, Coleção Universitária, Lisboa, Caminho.
- Ferreira, Virgínia (1988), "O Feminismo na pós-modernidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 24 (Março), 93-106.
- Ferreira, Virgínia (2000), "Sexualizando Portugal: mudança social, políticas estatais e mobilização social das mulheres", em António Costa Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 180-212 e 324-332.
- Joaquim, Teresa (2001), "A (im)possibilidade de ser filósofa", em Luísa Ribeiro Ferreira (coord), *Também Há Mulheres Filósofas*, Coleção Universitária, Lisboa, Caminho, 17-40.
- Kupryashkina, Svetlana (1996), "Possibilities for women's studies in post-communist countries: where are we going?", em Mary Maynard e June Purvis (orgs.), *New Frontiers in Women's Studies: Knowledge, Identity and Nationalism*, Londres, Taylor & Francis, Women's Studies Network (UK), 113-123.
- Lewis, Magda Gere (1994), *Without a Word, Teaching Beyond Women's Silence*, Londres, Routledge.
- Magalhães, Maria José (1998), *Movimento Feminista e Educação, Portugal anos 1970 e 80*, Oeiras, Celta.
- Magalhães, Maria José, Olga Guedes de Oliveira e Laura Fonseca Fernandes (1991), *História de Vida de Uma Operária Corticeira*, Lisboa, ONG/CIDM.
- Malecková, Jitka (1996), "Gender, Nation and scholarship: reflections on gender/women's studies in Czech Republic", em Mary Maynard e June Purvis (orgs.), *New Frontiers in Women's Studies: Knowledge, Identity and Nationalism*, Londres, Taylor & Francis, Women's Studies Network (UK), 96-112.
- Maynard, Mary, e June Purvis (1996), "Introduction: new frontiers in women's studies", em Mary Maynard e June Purvis (orgs.), *New Frontiers in Women's Studies: Knowledge, Identity and Nationalism*, Londres, Taylor & Francis, Women's Studies Network (UK), 1-7.
- Mosconi, Nicole (1998), "Introduction", em Nicole Mosconi (org.), *Égalité des Sexes en Éducation et Formation*, Paris, Presses Universitaires de France, 7-25.
- Nancy, Jean-Luc (1991), *The Inoperative Community*, Minneapolis, University of Minnesota Press. (tradução da edição original francesa).
- Nogueira, Conceição (2001), "Construcionismo social, discurso e género", *Psicologia*, XV (1), 43-66.
- Oakley, Ann (1992) "Interviewing women: a contradiction in terms", em Helen Roberts (1992) *Doing Feminist Research*, Londres, Routledge/Kegan Paul, 30-61.
- Roberts, Helen (1981), "Women and their doctors: power and powerlessness in the research process", em Helen Roberts (1992), *Doing Feminist Research*, Londres, Routledge/Kegan Paul, 7-29.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice*, Porto, Afrontamento.
- Silva, Regina Tavares da (1983), "Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do séc. XX", *Análise Social*, XIX (77-78-79), 875-907.
- Silva, Regina Tavares da (1993), "'Estudos' sobre a mulher em Portugal: breve perspectiva histórica", em CIDM, *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Actas do Seminário realizado em Lisboa a 14 e 15 de Janeiro de 1993, *Cadernos Condição Feminina* n.º 38, 59-67.
- Spender, Dale (1981), "The gatekeepers: a feminist critique of academic publishing", em Helen Roberts (1992), *Doing Feminist Research*, Londres, Routledge/Kegan Paul, 186-202.
- Stoer, Stephen e Helena Araújo (2000), *Escola e Aprendizagem para o Trabalho num País da (Semi) Periferia*, Lisboa, IIE (2.ª edição).
- Tavares, Manuela (200), *Movimentos de Mulheres em Portugal, Décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros horizonte.
- Vaquinhas, Irene (1993), "Estudos sobre as mulheres na área de história", em CIDM, *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Actas do Seminário realizado em Lisboa a 14 e 15 de Janeiro de 1993, *Cadernos Condição Feminina* n.º 38, 107-139.
- Weiler, Kathleen (1988), *Women Teaching for Change: Gender, Class and Power*, Londres, New Bergin and Garvey.
- Weiler, Kathleen (1995), "Freire and a feminist pedagogy of difference", em *Debates and Issues in Feminist Research and Pedagogy*, Londres, Open University. Multilingualmatters, 23-44.

Anexo 1: guião das entrevistas

Como guião orientador na realização das entrevistas, tem-se partido das seguintes questões:

- 1) Lembra-se como foi constituída a APEM? De que se recorda melhor? Qual a sua opinião sobre o processo da sua constituição?
- 2) Como avaliaria estes 10 anos da APEM? O que é que, em sua opinião, a APEM poderia ter feito e não fez?
- 3) Considera ou não que continuam a existir fundamentos para uma associação desta natureza? Comente a designação da associação.
- 4) Quais as realizações, eventos da APEM que considera terem sido mais relevantes? Porquê? E as menos relevantes? Por que razão? Em quais esteve presente?
- 5) Como avalia as publicações (o boletim que saiu durante algum tempo e a revista *ex æquo*)?
- 6) Considera haver razões para a existência de um boletim? Estaria disposta a assumir a sua realização?
- 7) Que sugeriria fosse a orientação da APEM no futuro?

Anexo 2: composição dos órgãos sociais da APEM (1991-2001)***Biénio 1991-1993 (Direcção)***

- Presidente: Maria Carrilho
- Vice-Presidente: Anne-Marie Fontaine
- Secretária: Ivone Leal
- Tesoureira: Dina Canço
- Vogais: Maria das Dores Guerreiro, Isabel Fazendeiro, Heloísa Perista

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: Joana de Barros Baptista
- Vice-Presidente: Graça Abranches
- Secretárias: Maria Manuel Vieira, Maria Alzira Lemos

Conselho Fiscal

- Presidente: Helena Afonso
- Vogais: Isabel Romão, Maria Reynolds de Sousa

Biénio 1994-1995 (Direcção)

- Presidente: Lígia Amâncio
- Vice-Presidentes: Anne-Marie Fontaine, Virgínia Ferreira
- Secretárias: Teresa Joaquim, Helena Araújo
- Tesoureira: Maria João Martins
- Vogal: Helena Neves

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: Maria Laura Bettencourt Pires
- Vice-Presidente: Virgínia da Silva Veiga
- Secretária: Maria Reynolds de Sousa

Conselho Fiscal

- Presidente: Helena Afonso
- Vogal: Dina Canço e Maria José Magalhães

Biénio 1996-1997 (Direcção)

- Presidente: Maria Beatriz Nizza da Silva
- Vice-Presidentes: Anne Cova, Virgínia Ferreira
- Secretárias: Irene Pimentel, Maria Helena Alvim
- Tesoureira: Ivone Leal
- Vogal: Luísa Paiva Boléo

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: Lígia Amâncio
- Secretárias: Maria Reynolds de Sousa, Teresa Joaquim

Conselho Fiscal

- Presidente: Helena Afonso
- Vogal: Dina Canço e Maria José Magalhães

Biénio 1998-1999 (Direcção)

- Presidente: Virgínia Ferreira
- Vice-Presidentes: Helena Araújo, Regina Tavares
- Secretárias: Conceição Nogueira, Fernanda Henriques

- Tesoureira: Teresa Tavares
- Vogal: Luísa Paiva Boléo

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: Margarida Chagas Lopes
- Vice-Presidente: Heloísa Perista
- Secretária: Manuela Simões

Conselho Fiscal

- Presidente: Graça Abranches
- Vogais: Maria Reynolds de Sousa, Maria José Magalhães

Biénio 2000-2001 (Direcção)

- Presidente: Virgínia Ferreira
- Vice-Presidentes: Helena Araújo, Teresa Tavares
- Secretárias: Irene Pimentel, Ana Maria Monteiro Ferreira
- Tesoureira: Clara Lourenço
- Vogal: Ana Borges

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: Margarida Chagas Lopes
- Vice-Presidente: Heloísa Perista
- Secretária: Sílvia Portugal

Conselho Fiscal

- Presidente: Graça Abranches
- Vogais: Maria Reynolds de Sousa, Maria José Magalhães

Maria José Magalhães é docente na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Elaborou uma tese de mestrado, já publicada pela Editora Celta, intitulada *Movimento Feminista e Educação, Portugal Décadas de 1970 e 80*, e tem em curso a sua investigação de doutoramento sobre "A ressonância do feminismo nas vidas das mulheres portuguesas".
Contacto: mjm@psi.up.pt